

O ACONTECIMENTO DE APARECIDA: IGREJA, CULTURA E SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA

*Fabrizio Meroni*¹

INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, agradecendo a Deus pelo Documento de Aparecida (DA), gostaríamos de lembrar que este é fruto do acontecimento eucarístico-mariano da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (V CGELAMC) em Aparecida, Estado de São Paulo, Brasil, de 13 a 31 de maio de 2007, inaugurada com a visita do Papa Bento XVI ao Brasil (9 a 13 de maio de 2007), além de ser fruto de estudos e encontros preparatórios oferecidos pelo Conselho do Episcopado Latino-Americano (CELAM) e da oração de todos os cristãos das Igrejas de nosso Continente.

O que queremos apresentar neste artigo é o resultado de vários encontros que aconteceram a partir de março de 2006 para ajudar na preparação e na compreensão autêntica do DA, em nível latino-americano e, no Brasil, em nível diocesano, paroquial, com movimentos eclesiais e novas comunidades, com religiosos e religiosas.

Estamos cientes da bibliografia², muita de boa qualidade³, que se vem

- 1 Padre, membro do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), professor de Teologia Sistemática, é Diretor do Centro de Cultura e Formação Cristã (CCFC) da Arquidiocese de Belém desde 2001. De 13 a 31 de maio de 2007, esteve em Aparecida durante a V CGELAMC, como assessor teológico convidado pelo então arcebispo de Belém dom Orani João Tempesta e pela Instituição Internacional Católica 'Ajuda à Igreja que sofre' (AIS). A dom Orani e à AIS, o nosso agradecimento pelo convite e confiança.
- 2 REVISTA MEDELLÍN, n. 125, 126, 129, 130, 131, 132, 133, 134, CELAM – ITEPAL, Bogotá, Colômbia. REVISTA ECLESIALÍSTICA BRASILEIRA (REB), fasc. 265, 268, 270, 271, 272, 273, Vozes, Petrópolis, Brasil. PERSPECTIVA TEOLÓGICA, n. 105 e 109, Belo Horizonte, Brasil. Coleção das Paulinas sobre o Documento de Aparecida. Coleção da CNBB "À Luz de Aparecida". CELAM, A Missão Continental para uma Igreja Missionária, Edições CNBB, Brasília, 2008.
- 3 Queremos sugerir a leitura de algumas interessantes reflexões sobre o DA em dois artigos do teólogo brasileiro Clodovis Maria Boff: TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E VOLTA AO FUNDAMENTO,

produzindo em termos de livros, artigos, propostas de aplicações pastorais e missionárias, textos estes que consultamos na preparação de nossos encontros de apresentação do Documento de Aparecida. Gostaríamos, porém, de oferecer uma reflexão que conseguisse fundamentar-se o mais possível no texto definitivo e oficial do Documento de Aparecida, para que seja incentivada a sua leitura integral, aprofundada e autêntica, pessoal e comunitária. Para que em nossas Igrejas possamos nos deixar fecundar pelo Espírito e pela palavra dos nossos pastores, preferimos maior proximidade com o texto do Documento do que distrair a atenção do leitor através de análises conjunturais de hermenêuticas ideologicamente secularizadas, de pouco valor existencial e pouco proveito eclesial. Infelizmente, vários reducionismos interpretativos de cunho ideológico, comunitário de base, de volta ao passado pós-conciliar (anos setenta e oitenta do século XX), que desde a aprovação do DA começaram aparecer, não estão nos ajudando para uma autêntica recepção e fecunda gestação pastoral do Documento de Aparecida em nossas comunidades.

Não queremos desmerecer o trabalho interpretativo e positivo de vários pastores, teólogos e pensadores que estão se dedicando ao DA, mas nos parece mais pertinente, em virtude de nossa presença no acontecimento de Aparecida e da oportunidade de inúmeros encontros e diálogos de apresentação do DA após a V CGELAMC, elaborar um estudo que se debruce mais sobre o Documento e torne mais fácil, pela sua leitura integral, averiguar a veracidade e autenticidade do que iremos tratar e argumentar.

A discriminação entre pastoral e pastoralismo, que usaremos ao longo de nossa reflexão, quer evidenciar os efeitos negativos que uma errada interpretação do Concílio Ecumênico Vaticano II está ainda trazendo para a vida ordinária e a eficácia evangelizadora da Igreja também na América Latina. Uma autêntica pastoral leva em séria consideração a interpenetração pneumático-eclesiológica de Palavra de Deus (Escritura, Tradição viva da

publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, fasc. 286, outubro de 2007, p. 1001-1022, e VOLTA AO FUNDAMENTO: RÉPLICA publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, fasc. 272, outubro 2008, p. 892-927.

Igreja e Magistério, cf. DA 246-249), a centralidade da Eucaristia (DA 250-253) no processo de iniciação cristã (DA 286-300), a celebração dos sacramentos, vida sacramental e espiritualidade mariana (DA 258-272), a vivência da caridade na Verdade revelada e na compreensão adequada de nossa realidade (DA 256-257). Consideramos o pastoralismo como uma degeneração da pastoral quando nossas comunidades preferem maior fidelidade ao mundo e seus critérios sócio-culturais de reducionismo racionalístico-tecnológico e burocrático ou emocional irracional da fé católica (DA 100, 178). Excluir Deus, a revelação de Jesus Cristo e sua Igreja no processo de ver, julgar e agir, compreender a realidade, afirmando que isso garantiria objetividade, neutralidade contextualizada e respeito pelas culturas, nos parece secularismo em ato, esvaziando a fé e suas consequências antropológicas, tornando o Evangelho inútil e a Igreja supérflua.

O Papa Bento XVI assim afirmava em 22 de dezembro de 2005:

(...) O último acontecimento deste ano, sobre o qual gostaria de me deter nesta ocasião, é a celebração do encerramento do Concílio Vaticano II, há quarenta anos. Tal memória suscita a interrogação: qual foi o resultado do Concílio? Foi recebido de modo correto? O que, na recepção do Concílio, foi bom, o que foi insuficiente ou errado? O que ainda deve ser feito? Ninguém pode negar que, em vastas partes da Igreja, a recepção do Concílio teve lugar de modo bastante difícil, mesmo que não se deseje aplicar àquilo que aconteceu nestes anos a descrição que o grande Doutor da Igreja, São Basílio, faz da situação da Igreja depois do Concílio de Niceia: ele compara-a com uma batalha naval na escuridão da tempestade, dizendo entre outras coisas: “O grito rouco daqueles que, pela discórdia, se levantam uns contra os outros, os palavreados incompreensíveis e o ruído confuso dos clamores ininterruptos já encheram quase toda a Igreja, falsificando, por excesso ou por defeito, a reta doutrina da fé... (De Spiritu Sancto, XXX, 77; PG 32, 213 A; Sch 17 bis, pág. 524). Não queremos aplicar exatamente esta descrição dramática à situação do pós-Concílio, todavia

alguma coisa do que aconteceu se reflete nele. Surge a pergunta: por que a recepção do Concílio, em grandes partes da Igreja, até agora teve lugar de modo tão difícil? Pois bem, tudo depende da justa interpretação do Concílio ou, como diríamos hoje, da sua correta hermenêutica, da justa chave de leitura e de aplicação. Os problemas da recepção derivaram do fato de que duas hermenêuticas contrárias se embateram e disputaram entre si. Uma causou confusão, a outra, silenciosamente mas de modo cada vez mais visível, produziu e produz frutos. Por um lado, existe uma interpretação que gostaria de definir “hermenêutica da descontinuidade e da ruptura”; não raro, ela pôde valer-se da simpatia dos mass media e também de uma parte da teologia moderna. Por outro lado, há a “hermenêutica da reforma”, da renovação na continuidade do único sujeito-Igreja, que o Senhor nos concedeu; é um sujeito que cresce no tempo e se desenvolve, permanecendo, porém, sempre o mesmo, único sujeito do Povo de Deus a caminho. A hermenêutica da descontinuidade corre o risco de terminar numa ruptura entre a Igreja pré-conciliar e a Igreja pós-conciliar. Ela afirma que os textos do Concílio como tais ainda não seriam a verdadeira expressão do espírito do Concílio.

Seriam o resultado de compromissos em que, para alcançar a unanimidade, foi necessário arrastar atrás de si e confirmar muitas coisas antigas, já inúteis. Contudo, não é nestes compromissos que se revelaria o verdadeiro espírito do Concílio mas, ao contrário, nos impulsos rumo ao novo, subjacentes aos textos: somente eles representariam o verdadeiro espírito do Concílio, e partindo deles e em conformidade com eles, seria necessário progredir. Precisamente porque os textos refletiriam apenas de modo imperfeito o verdadeiro espírito do Concílio e a sua novidade, seria preciso ir corajosamente para além dos textos, deixando espaço à novidade em que se expressaria a intenção mais profunda, embora ainda indistinta, do Concílio. Em síntese: seria necessário seguir não os textos do Concílio, mas o seu espírito. Deste modo, obviamente, permanece uma vasta margem para a pergunta sobre o modo como, então, se define este

espírito e, por conseguinte, se concede espaço a toda a inconstância. Assim, porém, confunde-se na origem a natureza de um Concílio como tal. Deste modo, ele é considerado como uma espécie de Constituinte, que elimina uma constituição velha e cria outra nova. Mas a Constituinte tem necessidade de um mandante e, depois, de uma confirmação por parte do mandante, ou seja, do povo ao qual a constituição deve servir.

Os Padres não tinham tal mandato e ninguém lhos tinha dado; ninguém, afinal, podia dá-lo porque a constituição essencial da Igreja vem do Senhor e nos foi dada para que pudéssemos chegar à vida eterna e, partindo desta perspectiva, conseguimos iluminar também a vida no tempo e o próprio tempo. Os Bispos, pelo Sacramento que receberam, são fiduciários do dom do Senhor. Somos “administradores dos mistérios de Deus” (1Cor 4, 1); como tais devem ser encontrados “fiéis e sábios” (cf. Lc 12, 41-48). Isto significa que devem administrar o dom do Senhor de modo justo, para que não fiquem ocultos no esconderijo, para que tragam frutos e o Senhor, no final, possa dizer ao administrador: “Porque foste fiel no pouco, dar-te-ei autoridade no muito” (cf. Mt 25, 14-30; Lc 19, 11-27). Nestas parábolas evangélicas exprime-se a dinâmica da fidelidade, que interessa no serviço do Senhor, e nelas também se torna evidente, como num Concílio dinâmica e fidelidade devam tornar-se uma só coisa.

À hermenêutica da descontinuidade opõe-se a hermenêutica da reforma, como antes as apresentou o Papa João XXIII no seu discurso de abertura do Concílio em 11 de outubro de 1962 e, posteriormente, o Papa Paulo VI no discurso de encerramento, a 7 de dezembro de 1965. Desejo citar aqui somente as palavras tão conhecidas de João XXIII, nas quais esta hermenêutica é expressa inequivocamente quando diz que o Concílio “quer transmitir a doutrina pura e íntegra sem atenuações nem desvios” e continua: “O nosso dever não é somente guardar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente pela antiguidade, mas dedicar-nos com diligente vontade e sem temor a esta obra, que a nossa época exige... É necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente

respeitada, seja aprofundada e apresentada de modo que corresponda às exigências do nosso tempo. De fato, uma coisa é o depósito da fé, isto é, as verdades contidas na nossa veneranda doutrina, e outra coisa é o modo com o qual elas são enunciadas, conservando nelas, porém, o mesmo sentido e o mesmo resultado” (S. Oec. Conc. Vat. II Constitutiones Decreta Declarationes, 1974, pp. 863-865). É claro que este cuidado de exprimir no modo novo uma determinada verdade exige uma nova reflexão sobre ela e uma nova relação vital com a mesma; é claro também que a nova palavra pode maturar somente se nasce de uma compreensão consciente da verdade expressa e que, por outro lado, a reflexão sobre a fé exige igualmente que se viva esta fé. Neste sentido o programa proposto pelo Papa João XXIII era extremamente exigente, como também é exigente e dinâmica a síntese de fidelidade. Porém, onde quer que esta interpretação tenha sido a orientação que guiou a recepção do Concílio, cresceu uma nova vida e amadureceram novos frutos. Quarenta anos depois do Concílio, podemos realçar que o positivo é muito maior e mais vivo do que não podia parecer na agitação por volta do ano de 1968. Hoje vemos que a boa semente, mesmo desenvolvendo-se lentamente, cresce ainda, e cresce também assim a nossa profunda gratidão pela obra realizada pelo Concílio (Discurso do Papa Bento XVI aos Cardeais, Arcebispos e Prelados da Cúria Romana na apresentação dos votos de Natal, 22 de dezembro de 2005. Todos os discursos de Bento XVI citados neste nosso trabalho estão disponíveis em www.vatican.va).

Depois de uma memória ainda viva da presença, gestos e palavras do Santo Padre Bento XVI em sua visita ao Brasil, ofereceremos critérios para interpretar o DA, uma apresentação dos conteúdos de cada capítulo do DA, umas propostas de nova evangelização a partir do DA e concluiremos com algumas observações sobre desafios teológico-pastorais do DA para nossa realidade eclesial brasileira.

COM O PAPA BENTO XVI, PEREGRINO NO BRASIL, RUMO AO ACONTECIMENTO DE APARECIDA

Durante a primeira visita de Bento XVI ao Brasil (9 a 13 de maio de 2007), o Papa hospedou-se no mosteiro de São Bento, no centro de São Paulo, encontrou-se com os jovens no estádio do Pacaembu, canonizou o primeiro santo brasileiro, frei Antônio de Sant'Ana Galvão, em uma emocionante cerimônia ao ar livre, abraçou os jovens recuperandos da Fazenda da Esperança, em Guaratinguetá, SP, entregou a edição comemorativa da Bíblia da Criança que simbolizava a tiragem de 10 milhões de exemplares da publicação no Brasil, e abriu, na Basílica de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (V CGELAMC). Uma viagem de caráter religioso e essencialmente missionário, reconhecendo que a alma deste nosso povo brasileiro e latino-americano conserva valores radicalmente cristãos.

Nestes encontros cheios de entusiasmo, de carinho e de atenta escuta, pudemos sentir a sede de Deus que o nosso povo possui e a sólida palavra encorajadora e repleta de esperança do Papa, Sucessor de Pedro e Vigário de Cristo na terra. Várias vezes o nosso coração foi tocado pela intensidade de seu profundo sentimento de amor: “tenham certeza que o Papa vos ama, e vos ama porque Cristo vos ama”, nos falou repetidas vezes nos seus discursos.

Abraçamos o Papa porque fomos por ele abraçados: naquele gesto de estender as mãos para nos acolher, e colocar perto de seu coração, sentimos o amor paterno de Deus Pai e a fraterna amizade de Jesus Cristo seu Filho, assim como nos gestos de carinho afetuoso e paterno com os jovens da Fazenda da Esperança. Juntamente às palavras fortes de encorajamento pela obra de restituição da vida aos jovens que se perderam pelas drogas e pelo álcool, ele também dirigiu uma séria advertência aos culpados pelo narcotráfico, cuja responsabilidade na morte e destruição de jovens deverá ser explicada a Deus, no dia do último julgamento. Deverão prestar contas

das obras do mal que operam, iludindo e desviando tantas vidas inocentes. Com muita liberdade e naturalidade, talvez desafiando o controle rígido da segurança, desceu no meio desses jovens recuperandos, os abraçou, não teve medo de se misturar com os que, sofrendo, entendem e recebem a Verdade pelo carinho do testemunho do Amor.

A essência do cristianismo, várias vezes lembrada pela insistente palavra do Papa, se fez tocar e ver no simples e amável aperto de mão dado por Bento XVI antes de deixar a Fazenda da Esperança. Todos nós vibramos, nos emocionamos e sentimos como este Papa nos ama, e ama a todos.

A fina e inteligente doçura aliada à ternura de Pastor Universal da Igreja nos fez experimentar a proximidade de Jesus Bom Pastor na suavidade de seu Espírito, Verdade e Amor. Nunca poderemos esquecer o que vimos, escutamos, recebemos e tocamos com mão. Palavras tão firmes, que nos dão segurança na identidade eclesial de discípulos e missionários de Jesus Cristo. Gestos tão inesperados e ricos de amor, que nos encorajam a ser cada vez mais trabalhadores fiéis na transformação do mundo, em plena fidelidade a Jesus Cristo, à Sua Igreja unida ao Papa e a seus legítimos Pastores.

Com muita inteligência de teólogo e mestre, ele mesmo, discípulo de Jesus Cristo, o Papa deixou em nós a marca indelével do homem sábio, do pai de família que do seu tesouro tira coisas novas e coisas velhas (cf. Mt 13,52). Sentimos uma bondade paternal como de quem, plenamente enraizado em Cristo pela mediação sacramental da Igreja, vive da Paternidade de Deus como fonte de vida, porque é amor. Deus é amor. Esta é a única verdade do cristão que gera esperança até mesmo em culturas de morte, porque relativistas e religiosamente desviadas.

Testemunhando a fé apostólica da Igreja, o Papa Bento XVI veio ao Brasil confirmar a nossa fé, genuína e autêntica. Ele, assim, veio fortalecer a nossa qualidade de filhos de Deus para atrair mais discípulos para Jesus Cristo pelo esplendor da beleza do Amor de Deus através do testemunho dos cristãos congregados na Igreja peregrina, sacramento da Jerusalém Celeste.

O Papa nos disse na homilia de domingo, 13 de maio, em Aparecida, que a Igreja de Jesus Cristo não precisa fazer proselitismo, ela converte pela pura atração do Amor de Deus que ela exerce e proclama. A nossa missão consiste em irmos aonde for preciso, para que todos, tocados e convencidos pelo Amor do Crucificado, se deixem atrair pela Igreja, família de Deus e fruto do Seu Amor. Podemos perceber, nas palavras do Santo Padre, a sua vontade de nos confirmar, em comunhão com Maria e os santos, na tradição viva de nossa fé que flui de Jesus Cristo até nós: isto é a Igreja Católica.

O Papa não tem medo da Tradição. Ele sabe que nós vivemos de uma fé que nos vem desde o tempo em que os apóstolos deram o testemunho da Páscoa, desde a Tradição de Deus Pai, que nos entregou o seu próprio Filho, Jesus Cristo, por amor a nós. Uma Tradição que começa no Mistério Trinitário e continua a fecundar a história da humanidade por meio da Igreja, presença viva do Espírito em nossa carne. O Papa também se coloca como filho desta grande família, que é a Igreja, da qual recebe a vida de Cristo na Palavra, nos Sacramentos e na Caridade. Ao reafirmar a Verdade Divina de sempre, Bento XVI sabe de sua novidade redentora e transformadora: a inesgotável fonte de Amor, que é Deus, garante a criatividade sem infidelidade, isto é, garante o anúncio do Evangelho em qualquer tempo da história e em qualquer lugar, sem alterações nem desvios. Ele garante a celebração regenerativa do Sacrifício Pascal, isto é, a Eucaristia, na vida de todos. Só a Verdade unifica, e sua prova é o amor. A Novidade consiste na obediência e fidelidade ao Dom que Deus Pai nos traz: a vida em Jesus Cristo, que no Espírito Santo, nos torna filhos de Deus.

Não se pode dizer que o Santo Padre não trouxe nenhuma novidade para o Brasil e para a V CGELAMC. Só poderíamos dizer isso se fôssemos incapazes de nos deixarmos possuir pela Verdade Eterna que nos amou por primeiro e nos arrasta em seu ato oblativo (*Deus Caritas Est* 13). A verdadeira vida chega até nós porque queremos estar unidos à sua fonte, que é Deus Pai. Estamos cientes de que só na vinculação com o Amor que nos dá a vida, poderemos viver e fazer com que os irmãos também

vivam. Nós sabemos que somos propriedade de Deus, pois pertencemos a Cristo: nós somos Povo de Deus porque somos Corpo de Cristo e Templo do Espírito.

Não temos medo de pertencer a Deus e a Sua Igreja, esposa imaculada de Seu Filho. Aqueles que não conseguem viver a Tradição viva do Amor que vem até nós, desde Jesus Cristo pelos Apóstolos, declaram a sua orfandade, ou melhor, a sua incapacidade de ser filhos. Estes órfãos da Verdade, que deixaram de amar a Igreja, sua Mãe, perderam também a paternidade do amor de Deus.

Estes órfãos quiseram se colocar no lugar de Deus, quiseram começar tudo de novo, voltando para trás, para uma religiosidade cósmica, vazia, querendo regressar para os tempos antes da evangelização. Algumas décadas atrás, eles tentaram refazer o mundo por meio de utopias revolucionárias em nome de regimes e ideologias totalitárias, que deixaram o nada da morte e da ausência de Deus. Na verdade são órfãos que perderam o sabor da Novidade Eterna, confundem a infidelidade com criatividade, sabem falar só de si mesmos e impedem qualquer autêntica comunicação. Para estes órfãos, a permanência da Igreja no mundo e sua pregação ininterrupta da Verdade continuam sendo o sinal de que Deus nunca os abandonou e espera a sua volta para a casa do Pai.

A Igreja é a nossa casa, lembrava Bento XVI na oração do Terço, sábado, 12 de maio, à noite, na Basílica de Aparecida. Quem não teme a sua dependência filial de Deus Pai, quem, como Maria, vive a humildade da obediência receptiva, não tem medo da santidade da tradição da Igreja e se deixa conduzir confiante.

Experimentamos nas palavras e nos gestos paternos do Santo Padre uma pertença à ininterrupta Tradição da Igreja, ao tesouro da vida em Deus, na fresca novidade do Amor que, mesmo na renúncia e no sacrifício, não deixa de amar e de nos recriar. É a partir de Deus, de sua exuberância no ser e no amor, que podemos conhecer a realidade, a nossa realidade.

Quem é incapaz de alcançar o estado de homem adulto em Cristo (Ef 4,11-16), não consegue afirmar, também intelectualmente, esta

prioridade de Deus, e *“falsifica o conceito de realidade com a amputação da realidade, que é Deus. Quem exclui Deus de seu horizonte, falsifica o conceito de ‘realidade’ e, em consequência, só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas. A primeira afirmação fundamental é, portanto, a seguinte: só quem reconhece Deus, conhece a realidade e pode responder a ela de modo adequado e realmente humano. A verdade desta tese resulta evidente diante do fracasso de todos os sistemas que colocam Deus entre parênteses... Deus é a realidade fundamental. Não um deus só pensado e hipotético, mas o Deus do rosto humano; é o Deus-conosco, o Deus do amor até a cruz”* (Discurso Inaugural da V CGELAMC do Santo Padre Bento XVI, em Aparecida, em 13 de maio de 2007).

Já experimentamos as inúmeras tentativas dos nossos esforços humanos, de nossa vontade de poder. Acabamos oferecendo uma salvação autoproduzida por nós mesmos, que não salvou ninguém, ao contrário, deixou muitos mortos pelas ideologias revolucionárias e utópicas. Todos somos testemunhas do deserto espiritual, do empobrecimento material, do medo do futuro e da falta de esperança que tudo isso provocou.

A sede de Deus, a sede de religião, demonstrada pelo sucesso das seitas, deve encontrar uma adequada resposta numa renovada evangelização, em que Jesus Cristo e sua Igreja sejam o centro de nossa pregação, sem visões redutivas, nem confusões ideológico-partidárias. Não basta observar a realidade a partir da fé pessoal; é preciso trabalhar com o Evangelho nas mãos e fundamentados na correta herança da Tradição Apostólica, sem interpretações movidas por ideologias racionalistas, nos lembrou o Santo Padre Bento XVI. Ele nos convidou a retomar com força e inteligente vitalidade o primado de Deus, de Jesus Cristo em nossa vida, em nossa mentalidade e teologia. Tudo, também nosso método de análise da realidade, tem que partir de Deus na Tradição viva de Sua Igreja. Só assim, recuperando a centralidade do Mistério Divino do Amor, conseguiremos entender, graças à oração e ao silêncio da contemplação, a nossa realidade na luz do projeto do Pai, do agir de Jesus Cristo e do julgar do Espírito Santo.

Nesta mesma linha de pensamento, depois de ter agradecido a Deus pelo precioso ministério pastoral desenvolvido em favor do povo e pela colaboração na obra de evangelização de toda a Igreja, o Papa Bento XVI lembrou aos bispos brasileiros que é missão específica deles, como mestres da fé, garantir a salvação de todos através do conhecimento da Verdade (1Tm 2,4-6).

Onde Deus e a sua vontade não são conhecidos, onde não existe fé em Jesus Cristo nem na sua presença nas celebrações sacramentais, falta o essencial também para a solução dos urgentes problemas sociais e políticos. A fidelidade ao primado de Deus e da sua vontade, conhecida e vivida em comunhão com Jesus Cristo, é o dom essencial que nós, Bispos e sacerdotes, devemos oferecer ao nosso povo (...) A Verdade supõe um conhecimento claro da mensagem de Jesus, transmitida graças a uma compreensível linguagem inculturada, mas necessariamente fiel à proposta do Evangelho. Nos tempos atuais é urgente um conhecimento adequado da fé, como está bem sintetizada no Catecismo da Igreja Católica” (Discurso do Papa Bento XVI aos Bispos do Brasil, na Catedral da Sé, em São Paulo, 12 de maio de 2007).

O necessário cuidado com a Verdade e a fiel interpretação das Sagradas Escrituras, trazem consigo também a responsabilidade dos Bispos na tarefa de oferecer, para as Igrejas a eles confiadas, uma “*evangelização em que Cristo e sua Igreja estejam no centro de toda explanação (...) confirmando o nosso povo na feliz certeza que a única Igreja de Cristo subsiste na Igreja Católica, governada pelo Sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele (Lumen Gentium, LG 8)*” (Discurso do Papa Bento XVI aos Bispos do Brasil, Catedral da Sé, em São Paulo, 11 de maio de 2007).

Esta inesgotável riqueza de Amor que vem de Deus, fonte de nossa salvação, faz com que os consagrados, religiosas e religiosos, nas frequentes exortações do Papa, nunca percam a sua dimensão profética: o Amor de Deus é sempre fiel e vai além de nossas limitações terrenas e de

nossas infidelidades. Eles antecipam, de certa forma, a Jerusalém do Céu em nosso meio, pela virgindade consagrada e vivida em diferentes formas conforme os carismas de seus fundadores. Eles nos lembram que mesmo uma sociedade justa sempre irá precisar da caridade, do amor de Deus para quem sofre, de quem ama e de quem procura acolhida e perdão.

Portanto, sempre no pleno respeito da inesgotável fidelidade de Deus para conosco, a Igreja se sente responsável perante o grande desafio da pobreza e das injustas estruturas que causam miséria e vida indigna para a maioria dos nossos povos. O Papa, porém, deixou bem claro que programas genéricos e incompetentes, só baseados em denúncias e jargões ideológicos, não só não servem, mas até acabam com a força profética e peculiar da novidade da Páscoa redentora de Jesus Cristo e da natureza especificamente cristã da Igreja.

Reconhecendo necessárias as mudanças estruturais para garantir justiça e vida digna para todos, o Santo Padre nos lembrou que estruturas sociais justas precisam de um consenso moral da sociedade, que se baseie sobre os valores fundamentais, sobre a lei natural, sobre uma moral precedente que garanta a vivência desses valores com as necessárias renúncias, inclusive contra interesses pessoais. Este trabalho político não é de competência imediata da Igreja: respeitando uma sadia laicidade do Estado e a pluralidade de posições políticas, sem nunca se identificar com uma única via política ou partidária.

Cabe à Igreja formar consciências à luz da Verdade revelada, defender a justiça, servir os pobres e educar nas virtudes individuais e políticas. É próprio dos leigos cristãos, em plena adesão a Cristo e sua Igreja, em plena obediência ao Papa e aos legítimos Pastores, ser conscientes de sua responsabilidade na vida pública. Devem, em virtude de sua competência profissional e acadêmica, estar presentes na formação dos consensos necessários e na opção contra as injustiças.

Por se tratar de um continente de batizados, é preciso fortalecer as vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação

abnegada, que sejam coerentes com as convicções éticas e religiosas. Os movimentos eclesiais têm um amplo campo para recordar aos leigos sua responsabilidade e sua missão de levar a luz do Evangelho à vida pública, cultural, econômica e política.” (Discurso Inaugural da V CGELAMC do Santo Padre Bento XVI, em Aparecida em 13 de maio de 2007).

Falando da família, como patrimônio da humanidade e bem natural para que todos tenham vida e vida no amor, o Papa não teve medo de reafirmar a tradição ininterrupta da Verdade sobre o matrimônio e, ao mesmo tempo, pediu aos jovens e leigos que sejam criativos em construir uma sociedade que garanta estruturas para que todos tenham uma família e onde seja garantido aos filhos o direito de ter pai e mãe. Escutamos e compartilhamos a preocupação central do Papa com o futuro de toda a humanidade: a família, fundada no matrimônio monogâmico, entre homem e mulher, indissolúvel e fecundo é condição insubstituível para que haja vida, vida para todos e uma vida com futuro. Sentimos estas palavras muito desafiadoras do estado de miséria em que se encontram muitas de nossas famílias desfiguradas pela pobreza e pela imoralidade. A família, berço da vida, volta a ser, para os anciãos e enfermos, amparo acolhedor para viver bem e com sentido o sofrimento e a dor. Não há pior coisa que o abandono dos nossos idosos pela sua própria família.

O Papa não mediu palavras e gestos para reafirmar o valor sagrado e inviolável da vida, desde a sua concepção até a morte natural. Quem pensou que ele quis lutar só contra o aborto, entendeu pouco da riqueza que ele queria comunicar: para nós, católicos, não se trata de lutar só contra o aborto, mas de favorecer, sempre, até o martírio, a vida de todos, especialmente dos mais indefesos. Os homens e as mulheres, elevados à dignidade de filhos e filhas de Deus, com Ele e por Ele procriam: a maior glória de Deus é a vida do homem.

Encontramos no Santo Padre um Bom Pastor que nos guia sem imposição: preocupado, mas ao mesmo tempo confiante e esperançoso com os jovens, a fim de que vivam com responsabilidade o dom de sua

vida. Sem esconder a triste realidade de uma juventude perdida no medo de morrer, de sobrar e de se frustrar com as falsas felicidades do álcool, das drogas, da violência, por não descobrir o autêntico sentido da vida, o Papa os convidou a viver com entusiasmo, com alegria e, sobretudo, com senso de responsabilidade.

Os anos da juventude são os anos que preparam o futuro. O 'amanhã' depende muito de como os jovens vivem o 'hoje'. Diante dos olhos, meus queridos jovens, existe uma vida que desejamos ser longa; mas é uma só, é única: não deixem passar em vão, não a desperdicem. (Encontro com os Jovens: Discurso do Papa Bento XVI, Estádio do Pacaembu, em São Paulo em 10 de maio de 2007).

O Santo Padre, bem ciente da autenticidade da vida radicada em Deus, não teve medo de convidar os jovens a viverem serenamente as renúncias necessárias para que o Amor possa brotar na vida deles: convidou-os a ter grande respeito pelo sacramento do matrimônio, pelo valor da castidade, dentro e fora do matrimônio, e uma autêntica abertura pela vida consagrada. Saudou a presença dos jovens na Igreja, sem os quais a Igreja se apresentaria desfigurada, e apreciou, mais uma vez, a positiva e fecunda presença de associações, movimentos e novas comunidades eclesiais, na vida de muitos jovens que, com coragem, se formam na escola de Jesus Cristo e se encaminham para uma vida adulta de testemunhas do Ressuscitado.

Só nesta dimensão clara e direta do ensinamento do Papa Bento XVI, descobrimos o corajoso Pastor que reconhece a sua tarefa, que lhe foi entregue por Jesus Cristo, de confirmar a fé de seus irmãos. Sentimos o Pastor na articulada sabedoria do Mestre e na entusiasmadora profundidade de seu pensamento teológico. Ele, grande teólogo no meio de nós, soube abrir caminhos para nós e nos introduzir nos mistérios do Reino do Céu; soube fazer-nos saborear como é doce e exigente a Palavra de Deus quando retamente acolhida e interpretada; soube nos envolver e mergulhar no

inesgotável amor de Deus, vivo e eficaz na sua Páscoa, que é a Eucaristia, centro da vida da Igreja e do mundo.

O Papa Bento XVI, como afirmou no discurso de despedida do Brasil, no Aeroporto de Guarulhos, ficou intensamente tocado pela manifestação de muito entusiasmo e de profunda piedade do nosso povo, que lhe deu uma pujante demonstração de fé em Cristo e de amor pelo Sucessor de Pedro.

CRITÉRIOS DE LEITURA DO DOCUMENTO DE APARECIDA

É necessária a leitura integral do texto final e oficial do DA para que aconteça uma autêntica recepção do mesmo. Poderá, portanto, compreender o espírito e o conteúdo do DA quem o tenha lido “na íntegra”, quem passou pela leitura integral do texto literal, e não o interpreta só a partir de esquemas e roteiros pré-fabricados, de duvidosa autenticidade eclesial e honestidade pastoral. Com efeito, só assim será possível verificar se os critérios de leitura aqui oferecidos, como qualquer outra proposta de interpretação do DA, correspondem à verdade do texto.

Antes de falarmos de critérios para interpretar o conteúdo do DA, são necessárias duas premissas. Em primeiro lugar, é indispensável favorecer uma autêntica recepção do DA. Recepção é palavra “mariana”, por isso podemos entender o que significa visar uma autêntica recepção do DA se pensarmos o que significou por Maria “receber”. Com efeito, quanto mais recebermos o Senhor Jesus na obediência à Palavra e à Eucaristia, quanto mais nos encontrarmos reunidos ao redor da única mesa, tanto mais nos tornamos fecundos, crescemos na comunhão. É o ato da receptividade que nos assimila e conforma a Cristo no seu único Corpo que é a Igreja. Bem percebemos, portanto, o motivo pelo qual Maria, mãe e modelo da Igreja, não pode ser esquecida, reduzida a um fenômeno de devoção ou indicada simplesmente como um exemplo a ser imitado nesse trabalho de recepção eclesial do DA. Precisamos também de sua materna intercessão.

Em segundo lugar, o DA representa a voz dos pastores (os bispos) para o Continente Latino-Americano e Caribenho. Trata-se de um documento do Magistério de uma colegialidade episcopal parcial: os bispos da América Latina e do Caribe, reunidos pela Quinta Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e Caribenho (V CGELAMC). O DA quer buscar nas fontes da vitalidade da graça divina para que as Igrejas sejam cada vez mais Igreja: Povo de Deus, Corpo de Cristo, Templo do Espírito Santo, Casa e Escola de Comunhão. É o resultado de uma experiência de autêntica colegialidade episcopal, onde se quis voltar às fontes da Vida. Os bispos não quiseram reanimar cadáveres, isto é, voltar, pelo saudosismo, a restaurar estruturas eclesiais superadas ou modos de pensar ideológicos, mas voltar às fontes da Vida para beber as águas da Vida. *“O homem também não pode viver exclusivamente no amor oblativo, descendente. Não pode limitar-se sempre a dar, deve também receber. Quem quer dar amor, deve ele mesmo recebê-lo em dom. Certamente, o homem pode — como nos diz o Senhor — tornar-se uma fonte donde correm rios de água viva (cf. Jo 7, 37-38); mas, para se tornar semelhante fonte, deve ele mesmo beber incessantemente da fonte primeira e originária que é Jesus Cristo, de cujo coração trespassado brota o amor de Deus (cf. Jo 19, 34)”* (Deus Caritas Est 7). Em Aparecida, viveu-se um clima de autêntica celebração litúrgica da Eucaristia e da Liturgia das horas, de sincera comunhão eclesial e unidade com o Papa. Foi uma experiência de autêntica colegialidade, fraternidade episcopal que gerou estima recíproca entre os participantes, a maioria dos quais nem se conhecia. Foi um verdadeiro acontecimento eclesial (DA 547-548). Nessa experiência latino-americana, ficou claro que os bispos e nós, Igreja Católica no Brasil, que vivemos uma certa marginalização cultural e eclesial, temos tudo a ganhar da abertura ao contexto latino-americano, às Igrejas de língua espanhola. Quem atualmente está trabalhando para uma superação dessa situação de marginalização são os próprios bispos e os movimentos eclesiais e novas comunidades. Além disso, o clima “mariano” do santuário de Aparecida contribuiu bastante para uma autêntica colegialidade.

Indicamos, em seguida, quatro critérios que, porém, constituem uma única chave de leitura e interpretação do conteúdo central do DA. Com a palavra interpretação queremos dizer que se trata, a partir do texto, de entender o que o próprio texto contém e quer nos comunicar. Esquecendo esses pontos, qualquer interpretação viraria falsa, ideológica e preconceituosa.

A MISSÃO DA IGREJA PARA QUE TODOS TENHAM VIDA DE E EM JESUS CRISTO

O DA declara que as Igrejas da América Latina devem converter-se à missão de comunicar vida (DA 13, 101-119, 144-153 frisando, sobretudo, o n. 148; DA 347-364, 386-390, 399, 437f.g, 456-457, 464-475), missão entendida como atração eucarística e participação no dinamismo trinitário (DA 155-163, 175, 240-242, 250-251, 281, 347-349, 363, 434, 451). Essa vida é a Vida “de” e “em” Jesus Cristo (DA 355, 361, 386). É constitutiva de nossa Igreja a missão de comunicar a todos a Vida “de” e “em” Jesus Cristo. O conteúdo que determina a metodologia da autêntica Igreja é comunicar a vida de Jesus Cristo e não somente os valores e a mensagem de Jesus de Nazaré. Neste sentido, o DA pede uma autêntica conversão pastoral e uma reforma da paróquia, comunidade de comunidades.

A CENTRALIDADE DA PÁSCOA DE JESUS CRISTO ATRAVÉS DA EUCARISTIA

A centralidade da Páscoa de Jesus Cristo através da Eucaristia, lugar privilegiado do encontro pessoal e eclesial dos discípulos com Ele, é apresentada como critério-chave para uma correta hermenêutica do DA e sua proposta de reforma eclesial (DA 14, 18, 25, 32, 100, 102, 106, 109, 128, 132, 134, 143, 153, 158, 175-176, 250-253, 256, 350-351, 354, 363, 418-420, 436, 446, 535, 543 e 548). Significativos são os números DA 251-253, referentes à centralidade da Eucaristia e da santificação do Domingo indicados pelo Papa Bento XVI na breve carta de aprovação do DA.

O centro do Mistério de Jesus Cristo é a Páscoa, celebrada e autenticamente presente e eficaz na Eucaristia de sua Igreja, fundada sobre Pedro e os Apóstolos na ininterrupta sucessão apostólica do Papa e dos bispos (DA 165-166). O Reino de Deus só poderá ser central se for dentro da centralidade da Páscoa vivida na Eucaristia. O centro da ação pastoral, portanto, nunca poderá ser somente a Bíblia e o Reino reduzidos à mensagem ético-profética ou narração simbólico-existencial. O Reino da Vida, indefinido e vagamente referente a valores subjetiva e culturalmente sempre modificáveis, nunca poderá ser centro eficaz de nossa evangelização, mas sim, a Eucaristia. A Palavra de Deus anunciada e encarnada (vida, catequese e liturgia) deverá sempre levar à oferta eucarística do discípulo para que seja fecundo missionário da salvação de Jesus Cristo para ele e para todos (caridade). A morte na Cruz de Jesus Cristo e sua Ressurreição são o cumprimento pascal definitivo do Reino de Deus na história cuja eficácia eucaristicamente está se cumprindo também em nós, Igreja, ainda a caminho na história rumo ao Céu. Esta centralidade pascal-eucarística torna visível e eficaz no mundo, pela mediação sacramental da única Igreja de Jesus Cristo, a participação de todos na Vida Trinitária (DA 17, 117, 129-153, 155, 157, 523-524, 543). A Igreja cresce por atração eucarística, e não por proselitismo (DA 159-160).

Só da Eucaristia brotará a civilização do amor que transformará a América Latina e o Caribe para que, além de ser o Continente da esperança, seja também o Continente do amor” (DA 128).

Cada grande reforma na Igreja está vinculada ao redescobrimto da fé na Eucaristia (DA 252).

A IDENTIDADE CRISTÃ CATÓLICA

O DA pede que seja solidificada e fortalecida a identidade cristã católica (DA 279, 297, 549), através de uma serena e equilibrada retomada do desafio pastoral da identidade eucarístico-eclesial em sua positividade de pertença a Jesus Cristo e a sua Igreja, com Pedro e os demais Apóstolos

na viva Tradição Apostólica e Eclesial (DA 165-166, 246-247, 258, 263, 264, 272).

O dom da tradição católica é um cimento fundamental de identidade, originalidade e unidade da América Latina e do Caribe: uma realidade na qual é grande o pecado – abandono de Deus, comportamentos viciosos, opressão, violência, ingratidões e misérias – porém, onde é bem maior a graça da vitória pascal” (DA 8, também 525-528).

A identidade católica eucarística do discípulo abre à missão que comunica vida divina para a vida de todos. Nossa Senhora é o primeiro fruto desta centralidade trinitário-eucarística, primeira discípula e missionária (DA 1, 141, 258-275, 364). A identidade cultural latino-americana está ligada e entrelaçada ao Evangelho e à identidade católica: perder a identidade católica é acabar com a unidade cultural da América Latina (DA 7-13, 100b-c-d, 476-480, 525-528, 534-546). A força que forjou e plasma a identidade e unidade latino-americana é a fé católica como ligação-unidade-purificação e amadurecimento da mistura de encontros, desencontros, pacíficos e violentos, de culturas e povos (indígenas, afro-descendentes, espanhóis, portugueses, italianos, alemães, poloneses, japoneses, etc. Ver DA 8, 56-59 e Discurso Inaugural de Bento XVI da V CGELAMC).

REAFIRMAÇÃO DA CENTRALIDADE DA PESSOA HUMANA (DA 42, 401, 479-480)

Esta centralidade leva o DA a confirmar a opção preferencial pelos pobres (DA 396). O significado de “preferencial” consiste no fato de que esta opção deve marcar toda a pastoral da Igreja, e deve estar verdadeiramente presente em toda ação pastoral e representar uma preocupação real, e não somente ocasião de discursos, simpósios, planejamentos ideológicos ou partidários. A centralidade da pessoa se traduz também numa preocupação pela família e, através dela, pelos jovens. A atenção à família deve também perpassar toda pastoral, tornar-se um dos eixos fundamentais da ação evangelizadora da Igreja (DA 435 e 437). Reconhece-se que as propostas

culturais pós-modernas de desconstrução da família monogâmica, heterossexual, indissolúvel e fecunda, como algumas ideologias do gênero (DA 40), são verdadeiros desafios para uma séria reflexão teológico-antropológica e para um incansável trabalho pastoral, acadêmico e profissional em favor da vida e da realização de todos os homens e mulheres latino-americanas, especialmente dos jovens (opção preferencial pelos jovens em estreita união com a família DA 446a) e seu futuro na perspectiva de uma ecologia autenticamente humana (DA 431-478).

A ESTRUTURA DO DOCUMENTO DE APARECIDA

INTRODUÇÃO (DA 1-18)

Participantes da vitória do Mistério Pascal, alegremente somos cristãos (DA 14), queremos renovar a missão de comunicar o dom que nós recebemos Jesus Cristo vida de nosso Continente. Queremos também proteger e alimentar nossa fé. Conhecer Jesus Cristo pela fé é nossa alegria (DA 18).

Reconhecendo que a maior ameaça da Igreja é o medíocre pragmatismo de sua vida cotidiana, o DA apresenta desde o início a necessidade fundamental de renovação e reforma a partir do encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo.

A Igreja é chamada a repensar profundamente e a relançar com fidelidade e audácia sua missão nas novas circunstâncias latino-americanas e mundiais. Ela não pode fechar-se àqueles que trazem confusão, perigos e ameaças ou àqueles que pretendem cobrir a variedade e complexidade das situações com uma capa de ideologias gastas ou de agressões irresponsáveis. Trata-se de confirmar, renovar e revitalizar a novidade do Evangelho arraigada em nossa história, a partir de um encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo, que desperte discípulos e missionários. Isso não depende de grandes programas e estruturas, mas de homens e

mulheres novos que encarnem essa tradição e novidade, como discípulos de Jesus Cristo e missionários de seu Reino, protagonistas de uma vida nova para uma América Latina que deseja se reconhecer com a luz e a força do Espírito (DA 11).

Uma fé católica reduzida a conhecimento, a um elenco de algumas normas e de proibições, a práticas de devoção fragmentadas, a adesões seletivas e parciais das verdades da fé, a uma participação ocasional em alguns sacramentos, à repetição de princípios doutrinários, a moralismos brandos ou crispados que não convertem a vida dos batizados, não resistiria aos embates do tempo. Nossa maior ameaça “é o medíocre pragmatismo da vida cotidiana da Igreja na qual, aparentemente, tudo procede com normalidade, mas na verdade a fé vai-se desgastando e degenerando em mesquinhez”. A todos nos toca “recomeçar a partir de Cristo”, reconhecendo que “não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva (DA12).

A atitude de agradecimento a Deus pelo dom de Jesus Cristo e a alegria pascal de termos recebido a fé católica da Igreja são o eixo fundante de todo o DA, expressamente elaborada na Introdução, no primeiro e terceiro capítulos.

PRIMEIRA PARTE: A VIDA DE NOSSOS POVOS HOJE

Ver a Realidade com os olhos da fé eclesial (Palavra de Deus, Sacramentos e vida da Igreja), à luz da Páscoa (DA 18-19): grande conversão teológico-pastoral expressamente pedida pelo Papa Bento XVI no seu Discurso Inaugural, para que o método desgastado do ver-julgar-agir tivesse autêntico sentido cristão eclesial e garantisse uma verdadeira compreensão da realidade. “*A primeira afirmação fundamental é, pois, a seguinte: só quem reconhece Deus, conhece a realidade e pode responder a ela de modo adequado e realmente humano. A verdade dessa tese é evidente ante o fracasso de todos os sistemas que colocam Deus entre parênteses*”, tinha falado Bento XVI no seu Discurso de abertura.

CAPÍTULO PRIMEIRO: OS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS (DA 20-32)

Alegria de pertencermos a Jesus Cristo, coração da essência pascal do discípulo que agradece, bendiz, louva e dá graças pelos dons da fé e da realidade positiva de nosso Continente mesmo no meio de luzes e sombras de nosso tempo. Ser cristão não é uma carga, mas um dom (DA 28).

CAPÍTULO SEGUNDO: OLHAR DOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS SOBRE A REALIDADE (DA 33-100)

a) A realidade que nos desafia (DA 33-97)

Assistimos a mudanças culturais de alcance mundial devido a fatores determinantes: ciência e tecnologia (DA 34-35). Fragmentariedade cultural e limitação causam frustração e perda de sentido da realidade. Estamos em contato, mas não em comunhão, perdendo o sentido de unidade de tudo o que existe. Devemos admitir que a nossa tradição católica começa a diluir-se. O enfraquecimento e a dissolução da vida familiar operada também pela ideologia de gênero (DA 40) e pelos meios de comunicação social, operam uma verdadeira quebra na transmissão da fé, dos valores culturais e na criação de um lugar antropológico de diálogo e solidariedade intergeracional (DA 36-42).

Situação sócio-cultural (DA 43-59)

Vivemos uma mudança de época e seu nível mais profundo é o cultural (DA 44). Ao lado da variedade e riqueza da história e mestiçagem de nossos povos, sua religiosidade popular de cunho mariano (DA 43 e 56), assistimos a uma sobrevalorização do individualismo que enfraquece os vínculos comunitários, propõe uma radical transformação do tempo e do espaço, dando papel primordial à imaginação, emoção e afetividade. Percebe-se uma nova forma de colonização cultural pela imposição de culturas artificiais caracterizadas pela auto-referência do indivíduo, pela indiferença pelo outro de quem não necessita e por quem não se sente responsável. O consumismo emocional utilitarista das relações humanas leva a relações afetivas sem

compromisso responsável e definitivo, até modificar os papéis e o sentido próprio de ser homem e de ser mulher (DA 44, 46 e 49).

No contexto de uma cultura urbana híbrida, dinâmica e mutável por força de grandes migrações de população, em sua maioria pobre, detectamos a positividade da mudança cultural quanto ao valor fundamental da pessoa, sua consciência e experiência, busca de sentido da vida e da transcendência. A ênfase na experiência pessoal e no existencial nos leva a considerar o testemunho como componente-chave da vivência da fé (DA 52-55).

Situação econômica (DA 60-73)

A globalização se manifesta como a profunda aspiração do gênero humano à unidade e solidariedade que, em nossos países latino-americanos, vem-se expressando através do processo de mobilidade humana, migração e itinerância. Percebe-se, porém, culturalmente somente a sua dimensão econômica, que se sobrepõe e condiciona as outras dimensões da vida humana, com produção de exclusão social e corrupção que modificam também o conceito de pobreza (exploração, opressão, escravidão, miséria, educação de baixa qualidade e pobreza de conhecimento, e do uso e acesso a novas tecnologias). Os excluídos não são somente “explorados”, mas são “supérfluos” e “descartáveis”; eles não estão simplesmente na periferia ou sem poder ou abaixo, eles estão fora. (DA 65).

Dimensão sociopolítica (DA 74-82)

Na política, se destaca um certo progresso democrático, porém ameaçado por uma tentação de regressão totalitária por via democrática, resultando em regimes de recorte neopopulista. O desencanto com a política é fruto do enfraquecimento do poder do Estado, do recrudescimento da corrupção, do desprezo pela legalidade e crescimento da violência, fruto também da idolatria do dinheiro, do avanço de uma ideologia individualista e utilitarista, falta de respeito pela dignidade humana e de políticas públicas de equidade social. (DA 74-81). Cresce, porém, positivamente a vontade de integração regional mediante acordos multilaterais (DA 82).

Biodiversidade e ecologia: Amazônia e Antártida (DA 83-87)

Povos indígenas e afro-americanos (DA 88-97)

b) Situação de nossa Igreja (DA 98-100)

Frutos do encontro com Jesus Cristo vivo (DA 99)

Aumenta o conhecimento da Palavra de Deus renovando a catequese e assimilando o Magistério; renovação litúrgica centrada na Páscoa-Eucaristia, renovando e fortalecendo também a devoção mariana e eucarística; a estima pelos padres, a entrega abnegada de tantos missionários e missionárias na obra de evangelização de nosso Continente; renovação pastoral da paróquia comunidade de comunidades evangelizadas e missionárias graças às comunidades eclesiais de base (CEBs) em comunhão com os Bispos e fiéis ao Magistério da Igreja, graças aos Movimentos Eclesiais (ME) e às Novas Comunidades (NC) com sua riqueza carismática, além das pastorais; renovado conhecimento da Doutrina Social da Igreja (DSI) com uma valorização da Caritas e da pastoral da Comunicação Social; em algumas Igrejas o incentivo dado ao diálogo inter-religioso e ecumênico, quando segue o Magistério; sentimento de solidariedade e partilha que caracteriza os nossos povos.

Sombras (DA 100)

O crescimento percentual da Igreja não segue o crescimento populacional; tentativa de voltar a uma eclesiologia e espiritualidade contrária ao Vaticano II; ausência de obediência e do exercício evangélico da autoridade; infidelidades à doutrina, à moral, à comunhão e à opção preferencial pelos pobres; recaídas secularizantes na vida consagrada influenciada por uma antropologia meramente sociológica e não-evangélica; enfraquecimento da vida cristã no conjunto da sociedade e da própria pertença à Igreja Católica; escasso acompanhamento dado aos fiéis leigos quando assumem responsabilidades na sociedade secular; falta da aplicação criativa da Doutrina Social da Igreja (DSI); não se vê uma presença

importante da Igreja na geração de cultura (de modo especial no mundo universitário e nos meios de comunicação social), falta espírito missionário no clero; em várias Igrejas não se assume com força a pastoral carcerária e de menores infratores; abandono de católicos para outros grupos religiosos; indiferentismo ecumênico e religioso do “tudo é igual”, do chavão pastoralista de “não há diferenças entre confissões cristãs e religiões” (DA 232); o abandono de católicos por contratestemunho de alguns.

SEGUNDA PARTE: A VIDA DE JESUS CRISTO NOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS

CAPÍTULO TERCEIRO: A ALEGRIA DE SER DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS PARA ANUNCIAR O EVANGELHO DE JESUS CRISTO (DA 101-128)

Em um clima de benção, louvor e agradecimento pascal e eucarístico, mais uma vez se dão graças pelo dom da fé, da Boa Nova da Vida, pelo trabalho, por aqueles que trabalham com a ciência e tecnologia, pela criação, pelo destino universal dos bens e ecologia. Agradece-se pelo dom do batismo que nos faz pertencer à Igreja, pela devoção dos nossos povos ao Cristo Sofredor, à sua Mãe Maria, pela veneração dos Santos e suas festas patronais, pelo amor ao Papa e aos demais pastores, pelo amor à Igreja Universal. (DA 127). Um agradecimento também pelo dom da vitalidade da Igreja que peregrina na América Latina e no Caribe, por sua opção pelos pobres, suas paróquias, suas comunidades, suas associações, seus movimentos eclesiais, novas comunidades e seus serviços sociais e educativos (DA 128).

CAPÍTULO QUARTO: A VOCAÇÃO DOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS À SANTIDADE (DA 129-153)

A santidade de todo discípulo consiste em participar da entrega pascal de Jesus Cristo, fruto de sua obediência filial, partilhando a paixão do Pai e seu Reino pela vida de todos, amadurecendo no amor de Jesus e vivendo o mandamento do amor pela ativa presença do Espírito Santo que

nos vincula intimamente a Jesus Cristo como família dos seus discípulos, isto é a Igreja, os que pertencem a Jesus Cristo.

A Virgem Maria é a imagem esplêndida da conformação ao projeto trinitário que se cumpre em Cristo. Desde a sua Conceção Imaculada até sua Assunção, recorda-nos que a beleza do ser humano está toda no vínculo do amor com a Trindade, e que a plenitude de nossa liberdade está na resposta positiva que lhe damos (DA 141).

Ao participar dessa missão (a de Jesus, descrita em DA 147), o discípulo caminha para a santidade. Vivê-la na missão o conduz ao coração do mundo. Por isso, a santidade não é fuga para o intimismo ou para o individualismo religioso, tampouco abandono da realidade urgente dos grandes problemas econômicos, sociais e políticos da América Latina e do mundo, e muito menos fuga da realidade para um mundo exclusivamente espiritual (DA 148).

CAPÍTULO QUINTO: A COMUNHÃO DOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS NA IGREJA (DA 154-239)

O mistério trinitário é a fonte, o modelo e a meta do mistério da Igreja. A comunhão dos fiéis e das Igrejas locais, do Povo de Deus se sustenta na comunhão com a Trindade (DA 155).

A vocação ao discipulado missionário é con-vocação à comunhão na Igreja. Não há discipulado sem comunhão (DA 156). Ao receber o batismo e a fé, somos chamados a viver e transmitir a comunhão com a Trindade, pois “a evangelização é um chamado à participação da comunhão trinitária” (DA 157).

A Eucaristia nos faz membros do Corpo de Cristo, é a fonte e o ponto mais alto da vida cristã, sua expressão mais perfeita e o alimento da vida em comunhão. Na Eucaristia nutrem-se as novas relações evangélicas que surgem do fato de sermos filhos e filhas do Pai, e irmãos e irmãs em Cristo. A Igreja que a celebra é “casa e escola de comunhão” (DA 158).

A Igreja como “comunidade de amor” é chamada a refletir a glória do amor de Deus, que é comunhão, e assim atrair as pessoas e os povos para Cristo. No exercício da unidade desejada por Jesus, os homens e mulheres de nosso tempo se sentem convocados e recorrem à formosa aventura da fé. “Que também eles vivam unidos a nós para que o mundo creia” (Jo 17,21). A Igreja cresce, não por proselitismo mas por ‘atração’: como Cristo ‘atrai tudo para si’ com a força do seu amor”. A Igreja “atrai” quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se se amarem uns aos outros como Ele nos amou (cf. Rm 12,4-13; Jo 13,34) (DA 159).

A Igreja peregrina vive antecipadamente a beleza do amor que se realizará no final dos tempos na perfeita comunhão com Deus e com os homens (comunhão dos santos) (DA 160).

a) Lugares eclesiais para a comunhão

A diocese, lugar privilegiado da comunhão (DA164-169), a paróquia comunidade de comunidades (DA170-177), as comunidades eclesiais de base e pequenas comunidades (DA 178-180), as Conferências Episcopais e a comunhão entre as Igrejas (DA 181-183).

b) Discípulos missionários com vocações específicas

Os bispos (DA 186-190), os presbíteros (DA 191-204 de 201-204 dedicado aos párocos), os diáconos permanentes (DA 205-208), os fiéis leigos (DA 209-215, no 214 se fala dos movimentos eclesiais e das novas comunidades), os consagrados e consagradas (DA 216-224).

c) Os que deixaram as Igrejas para se unirem a outros grupos religiosos (DA 225-226).

Neste contexto se articula a necessidade de reforçar quatro eixos da missão, isto é, a experiência religiosa como encontro pessoal com Jesus Cristo vivo em sua Igreja, a vivência comunitária, a formação bíblico-doutrinal e o compromisso missionário de toda a comunidade (DA 226).

d) Diálogo ecumênico e interreligioso (DA 227-239)

Pede-se maior clareza e distinção entre diálogo ecumênico e diálogo interreligioso (DA 232), sem nenhum tipo de irenismo e desinteresse pelas normas da Igreja (DA 234) e sem abandonar o anúncio de Jesus Cristo (DA 238).

CAPÍTULO SEXTO: O CAMINHO DE FORMAÇÃO DOS DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS (DA 240-346)

No contexto do amor trinitário como fundamento, o encontro com o acontecimento de Cristo é o início do novo sujeito que surge na história e chamamos de discípulos. “Vinde e vede” (Jo 1,39): essa narração permanecerá na história como síntese única do método cristão (DA 244).

a) Lugares de encontro com Jesus Cristo

O encontro com Cristo, graças à ação invisível do Espírito Santo, realiza-se na fé recebida e vivida na Igreja (DA 246), na Sagrada Escritura lida na Igreja com a Tradição que representa a fonte de vida para a Igreja e alma de sua ação evangelizadora (DA 247-249, 249 - Lectio Divina ou leitura orante), no Mistério Pascal celebrado na liturgia (DA 250), na Eucaristia (DA 251) lugar privilegiado do encontro do discípulo com Jesus Cristo especialmente no domingo (DA 252-253: “viver segundo o domingo”, promover a pastoral do domingo), no sacramento da reconciliação (DA 254), na oração pessoal e comunitária (DA 255), no amor fraterno (DA 256), nos pobres aflitos e enfermos (DA 257), na piedade popular precioso tesouro da Igreja Católica na América Latina (DA 258-264) onde se vive intensamente a presença de Cristo sofredor (DA 265), de Maria (DA 265-272), dos apóstolos e dos santos (DA 273-275).

b) Processo de formação dos discípulos missionários

Cinco aspectos fundamentais do processo de formação de discípulos missionários: o encontro com Jesus Cristo, a conversão, o discipulado, a comunhão e a missão (DA 278).

Terceira parte

A fé, a natureza e a sociedade: desafios e criatividade para uma cultura da vida humana

Critérios gerais: uma formação integral, querigmática e permanente, cujo centro é o anúncio da presença de Cristo Ressuscitado hoje na Igreja (DA 279); uma formação atenta às dimensões humana e comunitária, espiritual, intelectual, pastoral e missionária, que deverão integrar-se harmonicamente ao longo de todo o processo formativo (DA 280) na interação respeitosa dos diferentes papéis do bispo com seus organismos diocesanos competentes e com seu projeto orgânico de formação e de todas as forças vivas da Igreja particular (DA 281-285). Pede-se renovado esforço pastoral com a iniciação cristã e a catequese permanente, na consciência de que a maioria de nossos cristãos vive afastada dos sacramentos e de que ser discípulo é dom destinado a crescer (DA 286-300).

c) Lugares de formação para os discípulos missionários

A família, patrimônio da humanidade, primeira escola de fé (DA 302-303), as paróquias (DA 304-306), pequenas comunidades eclesiais (DA 307-310), os movimentos eclesiais e novas comunidades (DA 311-313), os seminários e casas de formação religiosa (DA 314-327), educação católica (DA 328-346) através de centros educativos católicos (DA 331-340) e de universidades e centros superiores de educação católica (DA 341-346).

TERCEIRA PARTE: A VIDA DE JESUS CRISTO PARA NOSSOS POVOS

CAPÍTULO SÉTIMO: A MISSÃO DOS DISCÍPULOS A SERVIÇO DA VIDA PLENA (DA 347-379)

A missão da Igreja consiste em comunicar a vida plena e eterna da Páscoa de Jesus Cristo pela sua presença na Palavra, nos sacramentos, especialmente a Eucaristia, incorporando-nos ao seu Corpo a Igreja, comunhão de discípulos missionários para que todos tenham vida (DA 347-357).

Dos que vivem em Cristo se espera um testemunho muito crível de santidade e compromisso. Desejando e procurando essa santidade, não

vivemos menos, e sim melhor, porque, quando Deus pede mais, é porque está oferecendo mais: “Não tenham medo de Cristo! Ele não tira nada, dá tudo! (DA 352).

Em sua Palavra e em todos os sacramentos, Jesus nos oferece um alimento para o caminho. A Eucaristia é o centro vital do universo, capaz de saciar a fome de vida e felicidade: “Aquele que se alimenta de mim, viverá por mim” (Jo 6,57). Nesse banquete feliz participamos da vida eterna e, assim, nossa existência cotidiana se converte em Missa prolongada. Porém, todos os dons de Deus requerem disposição adequada para que possam produzir frutos de mudança (DA 354).

Jesus Cristo é a plenitude que eleva a condição humana à condição divina para sua glória (DA 355).

Jesus Cristo nos oferece muito, inclusive muito mais do que esperamos. À Samaritana ele dá mais do que a água do poço. À multidão faminta ele oferece mais do que alívio da fome. Entrega-se a si mesmo como a vida em abundância. A vida nova em Cristo é participação na vida de amor do Deus Uno e Trino. Começa no batismo e chega à sua plenitude na ressurreição final (DA 357).

Pede-se aos cristãos maior compromisso em favor da cultura da vida, perante as condições de vida de muitos abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e dor, que contradizem o projeto do Pai (DA 358-364).

Conversão pastoral e renovação missionária das comunidades (DA 365-372)

Com novo ardor missionário, a Igreja se manifeste como mãe que vai ao encontro, seja experimentada como casa acolhedora e escola permanente de comunhão missionária (DA 370).

Novo compromisso com a missão ‘*ad gentes*’ (DA 373-379)

O conceito de missão inclui considerações geográficas, jurídicas, mas também socioculturais e, sobretudo, os corações (DA 375).

CAPÍTULO OITAVO: REINO DE DEUS E PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA (DA 380-430)

Jesus Cristo é o Reino de Deus que procura demonstrar toda a sua força transformadora em nossa Igreja e em nossas sociedades (DA 382).

Alguns grandes campos, prioridades e tarefas para a missão dos discípulos de Jesus Cristo no hoje da América Latina e do Caribe:

a) justiça social e caridade cristã em sua complexa relação, conforme a Encíclica *Deus Caritas Est*, de Bento XVI (DA 382-386);

b) a dignidade humana expressada no valor supremo de cada homem e mulher, imagem de Deus, cuja vida é sagrada e inviolável desde sua concepção até sua morte natural, e depois da morte, na vida eterna. Só o Senhor é o autor da vida e o dono da vida (DA 387-390);

c) a opção preferencial pelos pobres e excluídos (DA 391-398), “*que está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza. Essa opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito homem, que se fez nosso irmão (cf. Hb 2,11-12). Opção, no entanto, não exclusiva, nem excludente*” (DA 392). “*(...) Tudo o que tenha relação com Cristo tem relação com os pobres, e tudo o que está relacionado com os pobres clama por Jesus Cristo: “Tudo o quanto vocês fizeram a um destes meus irmãos menores, fizeram-no a mim” (Mt 25,40). João Paulo II destacou que este texto bíblico “ilumina o mistério de Cristo*” (DA 393). Pedese especial compromisso como profissionais católicos quanto às questões de pobreza (economia, política, geração de emprego, DA 395). O ‘preferencial’ implica que esta opção deve atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais” (DA 396);

d) uma nova pastoral social para a promoção humana integral pede uma libertação autêntica, que garanta assistência para todos e mudanças estruturais em cujo centro esteja a preocupação com cada pessoa (DA 399-405);

e) globalização da solidariedade e justiça internacional, convidando os leigos a assumirem suas responsabilidades públicas em atitude de solidariedade: reabilitação ética da política, luta contra a corrupção, a vigência dos direitos trabalhistas e sindicais, bem comum global promovendo uma justa regulação da economia, das finanças e do comércio mundial, desendividamento externo, normas globais para prevenir e controlar os movimentos especulativos de capitais e para um comércio justo dentro dos Tratados intergovernamentais a respeito do livre comércio, colocar em prática princípios fundamentais como o bem comum (a casa é de todos), a subsidiariedade, a solidariedade (DA 406).

Rostos sofredores que doem em nós (DA 407-430)

Pessoas de rua (DA 407-410), migrantes (DA 411-416), enfermos (DA 417-421), dependentes de drogas (DA 422-426), detidos em prisões (DA 427-430).

CAPÍTULO NONO: FAMÍLIA, PESSOAS E VIDA (DA 431-475)

Apresentamos algumas questões, sem pretender ser exaustivos do conteúdo destes números do DA:

a) o matrimônio e a família: difíceis condições de vida ameaçam a instituição familiar; fundamentam-se na comunhão-família trinitária como valores mais queridos por nossos povos; deveriam tornar-se um dos eixos transversais de toda ação evangelizadora da Igreja (DA 435) mesmo tendo o dever de fortalecer uma pastoral familiar (DA 432-437);

b) as crianças: dom e sinal da presença de Deus, dor pela situação de pobreza e violência contra as crianças inocentes; a infância constitui ocasião maravilhosa para a transmissão da fé (DA 438-441);

c) os adolescentes e jovens: idade de procura de própria identidade, de independência frente aos pais, de descoberta do grupo; seria preciso levá-los para uma experiência de amizade com Jesus, descobrir sua vocação; afetados por situações de pobreza que limitam o seu crescimento harmônico, gerando exclusão, são fácil presa de novas propostas religiosas

e pseudo-religiosas; a família não consegue mais ser transmissora de valores e da fé; recebem uma educação de baixa qualidade fundamentada em visões antropológicas redutivas; ausência dos jovens na esfera política, desconfiados diante da corrupção à procura exclusiva do interesse pessoal frente ao bem comum (DA 442-446);

d) o bem-estar dos idosos: crianças e anciãos constroem o futuro dos povos, porque as primeiras levarão adiante a história, e os segundos transmitem a experiência e a sabedoria de suas vidas; as suas famílias devem acolhê-los e acompanhá-los em sua solidão e fragilidade; não se deve olhar para eles como um peso, uma dificuldade ou uma carga (DA 447-450);

e) a dignidade e participação das mulheres: igual dignidade pela comum imagem e semelhança de Deus, uma comunidade de iguais na diferença; Maria é fundamental para recuperar a identidade da mulher e seu papel na Igreja; homem e mulher vivem uma relação de reciprocidade e colaboração mútua; lamentável continua sendo a desvalorização machista das mulheres em nossas sociedades; a maternidade é vocação e missão específica da mulher, que não se reduz a mera realidade biológica (DA 451-458);

f) a responsabilidade do homem e pai de família: desenvolver um clima de reciprocidade colaborativa entre homem e mulher; a maioria dos homens vive afastada da Igreja, cuja maioria é de mulheres (DA 459-463);

g) a cultura da vida, sua promoção e sua defesa: a dignidade da vida deve ser defendida sempre desde sua concepção até sua morte natural, sem relativismos, porque a vida é dom gratuito de Deus, dom e tarefa; a bioética (ciência e fé) a serviço da vida (DA 464-469);

h) o cuidado com o meio ambiente: natureza que, como dom reflexo da sabedoria e beleza do Logos, recebemos em herança gratuita para cuidar responsabilmente, exercendo nosso senhorio para o bem de todos;

as gerações futuras têm direito de receber uma criação digna de sua vida, a importância da Amazônia para toda humanidade (DA 470-475).

CAPÍTULO DÉCIMO: NOSSOS POVOS E A CULTURA (DA 476-546)

a) a cultura e sua evangelização: *“A cultura, em sua compreensão mais extensa, representa o modo particular com que os homens e os povos cultivam sua relação com a natureza e com seus irmãos, consigo mesmos e com Deus, a fim de conseguirem uma existência plenamente humana. Enquanto tal, a cultura é patrimônio comum dos povos e também da América Latina e do Caribe”* (DA 476). A mudança cultural mostra, de um lado, a positividade da emergência da subjetividade, o respeito da liberdade e da dignidade de cada um; por outro lado, a globalização do pluralismo cultural e religioso faz emergir o individualismo como característica dominante da atual sociedade, responsável pelo relativismo ético e pela crise da família (DA 479). É necessário apresentar a centralidade da pessoa humana num contexto de solidariedade fraterna (DA 476-480);

b) a educação como bem público: missão do Estado no campo educativo e respeito do ensino religioso nas escolas do Estado (DA 481-483);

c) a pastoral da comunicação social: a grande cultura midiática implica uma capacidade para reconhecer as novas linguagens que podem favorecer maior humanização global. Essas novas linguagens configuram um elemento articulador das mudanças na sociedade. É nosso dever acompanhar os comunicadores; os meios de comunicação social não substituem as relações sociais nem a vida comunitária, sendo preciso dar atenção ao fenômeno da exclusão digital (DA 484-490);

d) novos areópagos e centros de decisão: formação de pensadores e pessoas que estejam nos níveis de decisão sem abandonar a opção preferencial pelos pobres; é falsa a incompatibilidade entre fé e ciência, por isso a Igreja proclama que a fé nunca é irracional; temos necessidades

de cientistas, artistas que garantam o crescimento da pessoa e o progresso da comunidade (DA 491-500);

e) vida pública: *“Se muitas das estruturas atuais geram pobreza, em parte é devido à falta de fidelidade a compromissos evangélicos de muitos cristãos com especiais responsabilidades políticas, econômicas e culturais.*

A realidade atual de nosso continente manifesta que existe uma notável ausência, no âmbito político, comunicativo e universitário, de vozes e iniciativas de líderes católicos de forte personalidade e de vocação abnegada que sejam coerentes com suas convicções éticas e religiosas” (DA 501-502). Pede-se maior presença dos leigos, iluminados pelo Evangelho e pela Doutrina Social da Igreja, nos centros de decisões, no mundo político, econômico, social e cultural: formação da consciência, coerência entre fé e vida, honestidade contra a corrupção e integridade moral especialmente em uma cultura dominada pelo materialismo, defensores da justiça e da verdade, educadores, porque educados, das virtudes individuais e políticas (DA 501-508);

f) a pastoral urbana (DA 509-519): *“(...) As grandes cidades são laboratórios dessa cultura contemporânea e complexa. A cidade se converteu no lugar próprio das novas culturas, que se vão gestando e impondo, com nova linguagem e nova simbologia. Essa mentalidade urbana se estende também ao próprio mundo rural”* (DA 509-510). Na cultura urbana “coexistem binômios que a desafiam cotidianamente: tradição-modernidade, globalidade-particularidade, inclusão-exclusão, personalização-despersonalização, linguagem secular-linguagem religiosa, homogeneidade-pluralidade, cultura urbana-pluriculturalismo” (DA 512). As cidades são lugares de liberdade e oportunidade, de sofrimento e de violência, de pobreza e possibilidade de trabalho: na ambiguidade desta nova realidade, a Igreja, que às vezes aparenta um certo medo em relação à pastoral urbana, deve responder com maior flexibilidade de suas comunidades através da renovação das paróquias, setorização, novos

ministérios, novas associações, grupos, comunidades e movimentos (DA 512-513). Deus vive na cidade. A Igreja em seu início se formou nas grandes cidades e se serviu delas para se propagar. A Igreja está a serviço da realização da Cidade Santa, a Jerusalém do Céu. Devemos nos esforçar para uma nova pastoral urbana (DA 517-518);

g) a serviço da unidade e fraternidade de nossos povos: aspiramos a uma América Latina e Caribenha unida, reconciliada e integrada, casa comum habitada por uma complexa mestiçagem e uma pluralidade étnica e cultural *“na qual o Evangelho se tem transformado no elemento-chave de uma síntese dinâmica que, com cores diversas segundo as nações, expressa, de todas as formas, a identidade dos povos latino-americanos”* (DA 520). Percebe-se a ambiguidade do atual processo de globalização (DA 520-528);

h) a integração dos indígenas e afro-americanos: reconhecemos a partir da fé as sementes do Verbo presentes nestas tradições e culturas; fortalecimento de suas identidades e organizações próprias; defesa de seus direitos, do seu território, do direito a uma educação bilíngue em todos os níveis e pleno direito de cidadania contra qualquer forma de racismo. A Igreja estará atenta diante das tentativas de desarraigar a fé católica das comunidades indígenas, que ficariam assim indefesas frente aos embates das ideologias e de alguns grupos alienantes que atentam contra o bem das mesmas comunidades (DA 529-533);

i) caminhos de reconciliação e solidariedade no sangue reconciliador de Cristo para a civilização do amor. As novas estruturas de justiça e paz serão possíveis só pela presença de homens novos e mulheres novas na reconstrução da pessoa e de seus vínculos de pertença e convivência, no fortalecimento das frágeis democracias e na edificação da Igreja como escola permanente de verdade e justiça, de perdão e reconciliação para construir uma paz autêntica (DA 534-546).

CONCLUSÃO (DA 547-554)

Necessitamos de um novo Pentecostes (DA 548) para despertar a Igreja na sua missionariedade permanente; necessitamos cuidar do tesouro da religiosidade popular de nossos povos que, nas pobres periferias urbanas, precisam sentir a proximidade da Igreja, seja no socorro de suas necessidades mais urgentes, como também na defesa de seus direitos e na promoção comum da justiça e da paz, recuperar o valor e audácia apostólicos para anunciar o Reino de Deus e implantar a Igreja no mundo.

Guiados por Maria, fixamos os olhos em Jesus Cristo, autor e consumidor da fé, e dizemos a Ele com o Sucessor de Pedro: “Fica conosco, Senhor...” (DA 547-554).

PROPOSTAS DE NOVA EVANGELIZAÇÃO NO DOCUMENTO DE APARECIDA

Propomos, agora, algumas reflexões de cunho teológico-pastorais. Afirmamos que a ambiguidade do que culturalmente detectamos nos povos latino-americanos precisa ser avaliada, purificada e até elevada pela ação evangelizadora da Igreja no seu anúncio e missão, em prol da plenitude do homem e da mulher e por sua ação pastoral como educação permanente e fortalecedora no processo de crescimento rumo ao cristão adulto, que implica pertença autêntica à Igreja de Cristo (Ef 4,11-16). Olhamos para os desafios como ocasião providencial para o nosso trabalho apostólico e a nossa santificação: o crescimento de Cristo na vida dos nossos povos, o fortalecimento da Igreja, seu Corpo vivo no meio das nossas histórias, é plenitude de vida para todos, crentes, não-crentes e indiferentes. A constante presença materna de Maria, tão amada e venerada pelos povos da América Latina, vai-nos abrir caminhos para a evangelização, ela que é a Estrela da Evangelização.

Gostaríamos de propor pistas reflexivas, para melhor entender como o acontecimento eucarístico-mariano de Aparecida, no mês de maio de

2007, poderia frutificar e, pela autêntica recepção de seu Documento, nos comprometer para a evangelização deste Continente que mostra visíveis marcas de descristianização.

A VIDA NOVA EM JESUS CRISTO, CENTRO DO ANÚNCIO E FINALIDADE DA MISSÃO⁴

A Vida Nova, que o discípulo é chamado a anunciar e comunicar, é Jesus Cristo Crucificado, Ressuscitado. Trata-se de oferecer, pelo anúncio da Palavra, pela convocação à iniciação cristã e à celebração dos sacramentos (Batismo, Crisma e Eucaristia) e o testemunho-partilha da caridade, a novidade da vida de Deus em nós: filhos no Filho, unidos pelo Espírito Santo à Páscoa de Jesus Cristo, nós nos tornamos participantes da natureza divina (2Pd 1,3-4; DA 101-113, 348).

Para que se possa entender teológica e pastoralmente esta novidade de vida como autêntica participação, é-nos necessário levar em séria consideração a centralidade da Páscoa no mistério da Revelação salvífica de Jesus Cristo e na vida e missão de sua Igreja (SÍNTESE das contribuições para a V CGELAMC, cf. os números de 96 a 101 [Jesus Cristo Vida Nova e Discípulos pela Vida Nova de Jesus Cristo] e de 174 a 181 [O Espírito anima a Evangelização da Igreja]). Recuperar a centralidade da Páscoa de Jesus Cristo significa compreender bem o lugar teológico e querigmático da realidade do Reino de Deus, para que a missão dos discípulos não seja reduzida a pura proclamação de valores e ideais (do Reino), e a simples convite a pertencer a um povo de Deus, mais histórica e sociologicamente interpretado, que ainda não encontrou o definitivo cumprimento de sua salvação como Vida Nova que atua dentro de uma comunidade. O Reino de Deus, que ocupa o centro da pregação de Jesus de Nazaré, se cumpriu uma vez por todas na sua filial entrega pascal (Cruz e Ressurreição-Pentecostes, DA 143), até que o Reino, cumprido n'Ele, em Maria e nos Santos (*Communio Sanctorum* ou Igreja do Céu) vai-se fazendo em nós,

4 Cf. DA 1-32, 101-346, 347-379.

Igreja ainda Peregrina (Igreja na terra, DA 160) e na Igreja dos Purificandos (extrema vontade de Deus misericordioso de salvar a todos até o fim).

Esta estrutura de Reino de Deus, que já em germe e início é a Igreja peregrina (LG 5), cumprido em Jesus Cristo, em Maria e nos Santos e em construção em nós, que ainda estamos a caminho, é constantemente lembrada nas Orações Eucarísticas como vivo memorial da comunicação da Vida Nova de Deus em Jesus Cristo para conosco. Só uma vida nova presente e atuante eficazmente na e pela Igreja de Jesus Cristo, seu Corpo, cujos membros somos nós, seus discípulos, poderá oferecer-se com ardor e paixão, com forte convicção e determinação, como dom transfigurador de nossa existência. Se a Igreja não fosse sacramento universal de salvação (LG 1, 9 e 48, AG 5) e comunidade que garante, pela permanente presença operante do Espírito Santo (Palavra-sacramentos-caridade) o acontecimento sempre possível e atual da Vida Nova em Jesus Cristo para todos os homens de qualquer tempo e lugar, os discípulos não poderiam evangelizar, doando verdadeira e realmente a vida plena que anunciam. Se a Páscoa de Jesus não fosse o definitivo cumprimento do Senhorio-Reino de Deus Pai em sua vida (Mc 1,14-15; Mt 4,12-17; Mt 12,28; Lc 11,20; Jo 4,34; Jo 5,19-47; Jo 6,37-40.57; Jo 7,14-18.28-29), até o sacrifício extremo de sua obediência filial ao Pai no Espírito (Lc 22, 41-44; Lc 23,44-45; Jo 19, 28-30; Hb 9,14; Hb 10,5-18; DA 143), o Reino não teria eficácia na nossa história e a Igreja não passaria de comunidade de profetas apontando para um futuro de realização e cumprimento das promessas de salvação. Se a Igreja não fosse a comunidade dos discípulos do Crucificado Ressuscitado na memória viva do anúncio da Palavra, da memória da celebração eucarística e do testemunho transformador da caridade (*Deus Caritas Est* 25), a Vida Nova não seria comunicável, o discípulo missionário só anunciaria uma novidade que ainda há de vir, uma plenitude de vida ainda não presente e sem garantia alguma de que aconteça, uma salvação só utopicamente esperada em nome de valores que não satisfariam a sede de sentido e de realização humana de nossas existências. Se a Páscoa de Jesus Cristo não fosse operante na concretude da Igreja, sacramento do Reino, o discípulo

não teria como anunciar uma vida nova em Jesus Cristo como dom a ser oferecido que gera alegria e conversão. Só a pertença a uma Igreja que possibilita o encontro com Jesus Cristo Vivo, que é já comunidade de redimidos a caminho, porque alguns já alcançaram a glória da Vida Nova e definitiva no Céu, torna o discípulo missionário entusiasmado, apaixonado e autêntico comunicador (Jo 1,35-51; Jo 20,11-18; Mc 16, 9-20; Mt 28, 18-20; Atos 4, 1-22; Atos 5,40-42; Fl 1,12-30; 1Cor 9 – DA 144-148, 361).

O centro do Mistério da vida e da pessoa de Jesus Cristo não é a pregação do Reino de Deus. Esta pregação é o centro da mensagem de Jesus Cristo, não do mistério de sua pessoa. A Páscoa é o centro do mistério da pessoa, palavras e obras de Jesus Cristo. O Reino de Deus é central na mensagem dos Evangelhos sinópticos, mas não do Evangelho de João, cujo centro é a obediência ao Pai, que poderíamos chamar de compreensão joanina, mais personalizada, sacramental e pascal do Reino de Deus. A morte na cruz e a ressurreição de Jesus Cristo são a definitiva e cumprida realização inaugural do Reino de Deus (DA 143), cuja presença sacramental é a Igreja peregrina a caminho rumo sua plenitude, a Jerusalém Celeste, Igreja gloriosa.

Não existe contraposição entre Reino e Igreja, porque o Reino de Deus já se cumpriu definitivamente na Páscoa de Jesus Cristo, na santidade de Nossa Senhora e de todos os Santos glorificados nos céus, e está se cumprindo em nós, peregrinos rumo à Jerusalém Celeste, onde a Igreja e o Reino coincidem. Para que se possa melhor compreender tudo isso, convidamos à leitura do livro, escrito pelo teólogo e cardeal Giacomo Biffi, *Para amar a Igreja*, publicado pela Editora O Lutador, em parceria com o CCFC, em 2009.

Não podemos reduzir a Igreja a uma simples comunidade de seguidores de Jesus de Nazaré que vivem os valores e as bem-aventuranças por ele pregados. Se os cristãos se reunissem somente ao redor de uma memória ideal e utópica de um Reino de paz e justiça que ainda deve vir, e que não estaria já no meio de nós operante, acabaríamos anulando a eficácia salvífica da Páscoa na nossa história e a certeza de que o Espírito

trabalha na sua Igreja para a salvação do mundo inteiro. É por isso que o discípulo é muito mais do que alguém que segue o Mestre: o discipulado é muito mais do que seguimento moral. O discípulo de Jesus Cristo tem que chegar ao ponto de se identificar com ele, de se tornar parte dele (Gl 2,20, Fl 1,20-26, Cl 3,1-4, 2Cor 5, 14-15, Rm 8,9-11), membro de seu próprio corpo, que é a Igreja (DA 28-29, 131, 281). Ele não se substitui ao seu Senhor, não toma o lugar de seu Mestre e Pastor, mas comunga com seu Espírito e participa de sua vida ressuscitada. Quem não morrer a si mesmo, tomando a sua cruz, nunca poderá segui-lo, porque nunca poderá participar de sua Páscoa como entrega filial e obediente ao Pai: o discípulo é fruto de pessoal participação na morte e na ressurreição de Cristo livremente aceitas e acolhidas em própria vida (Mc 8,31-9,8; Lc 9,22-36; Mt 16,24-28 – DA 140). E tudo isso se torna possível, conforme o realismo de João (1Jo 1,1-4) (DA 132), graças à Eucaristia (Jo 6; Jo 12,20-33; Jo 13, 1-20): só morrendo a si mesmo na morte de cruz de Jesus Cristo, o discípulo consegue participar da Vida Nova até o ponto que quem o recebe, recebe a Jesus Cristo que o enviou, e em Jesus Cristo recebe o Pai que O enviou. Só morrendo a si mesmo como o grão de trigo (Eucaristia), o discípulo poderá se libertar do seu eu e viver a comunhão da nova família de Deus que é a Igreja (DA 156). A comunhão é fruto de morte a si mesmo e de ressurreição na Páscoa de Jesus Cristo.

Podemos perceber que a missão do discípulo é muito mais do que anunciar a Palavra: ele tem que anunciar a Palavra comunicando a Vida Nova no Espírito (Gl 5,13-26; Rm 8)). É por isso que uma missão que queira movimentar e mexer com a vida tem que prometer e comunicar vida, ainda mais se pensamos em uma Grande Missão Continental (DA 551). O discípulo se torna autêntico missionário quando, em plena comunhão com o Corpo de Cristo (Eucaristia e Igreja, DA 153), se deixa levar para onde o Espírito quer que vá anunciar e testemunhar a Vida Nova que ele mesmo recebeu. Uma Palavra anunciada que não se torne carne e não chegue ao cume do sacrifício da cruz, nunca poderá trazer e oferecer vida para ninguém. A missão do discípulo será eficaz se ela respeitará as dinâmicas

próprias da Revelação salvífica do Filho de Deus: a Palavra anunciada pelos profetas antigos se fez carne no seio de Maria pelo poder do Espírito Santo (Lc 1,26-38; Jo 1,1-18), foi sacrificada no altar da Cruz uma vez por todas (Jo 19,25-37; Hb 9) e foi ressuscitada pelo Pai, comunicando Vida Nova para quem a acolhe (Jo 20,19-23; Rm 8,14-27). Só uma Palavra anunciada (querigma e catequese), feita carne (no testemunho da caridade e da inculturação) e sacrificada (vida eucarística) poderá doar Vida Nova e plena para os discípulos, para os homens do mundo inteiro (interação pastoral entre iniciação cristã e catequese permanente, DA 276-300).

Seria aqui interessante recuperar a dimensão sacrificial da vida cristã como entrega filial e obediente a Deus, conforme o pensamento de Paulo em Rm 12,1-2. Neste sentido, como proposta de vida nova do cristão como discípulo missionário, poder-se-ia considerar a preciosa reflexão sobre a *‘Eucaristia, Mistério Vivido’* da Terceira Parte da Exortação Apostólica pós-sinodal de Papa Bento XVI *Sacramentum Caritatis*, onde se reafirma também a centralidade da Eucaristia na sua celebração dominical. Podemos assim compreender que a centralidade hermenêutica da Eucaristia do DA 250-253 para nossa presença no mundo, como Igreja, não significa volta a ritualismos celebrativos e conservadorismos de eclesiologias contrárias ao Vaticano II (DA 100b). O pedido explícito de Aparecida para que os fiéis vivam sua fé na centralidade do mistério pascal de Cristo através da Eucaristia, vivam segundo o domingo, promova-se uma pastoral do domingo, significa que o discípulo é chamado a crer, celebrar, viver o mistério de Jesus Cristo de tal modo que toda sua existência adquira verdadeiramente forma eucarística. *“A Eucaristia, na qual se fortalece a comunidade dos discípulos, é para a paróquia uma escola de vida cristã”* (DA 175). A centralidade da Eucaristia, insistentemente reafirmada pelo DA, convida teológica e pastoralmente a uma Igreja que professe e celebre genuinamente a fé da Tradição Apostólica, desenvolvendo existencialmente uma espiritualidade eucarística conforme próprio estado de vida e carismas vocacionais. Nisto consiste o sacerdócio comum dos fiéis: viverem oferecidos em seus próprios corpos como hóstia viva, santa e

agradável a Deus. Afinal é a Eucaristia, corpo sacramental de Jesus Cristo, que nos gera como Igreja, corpo místico de Jesus Cristo, cujos membros somos nós, como discípulos filhos do Pai e irmãos de Cristo (DA 158). A participação eucarística da comunhão com a Trindade, pela fé, nos liberta do isolamento do nosso eu (DA 156-157) e nos conduz ao coração do mundo, participando da missão do Filho rumo a nossa santidade, pela missão do Espírito Santo (DA 145-148, 175-176).

Precisamos, como nos convidava o Santo Padre Bento XVI no Discurso de abertura da V Conferência Geral, no domingo 13 de maio, dedicar-nos a um conhecimento profundo da Palavra de Deus (Escrituras, Tradição e Magistério), que é a rocha sobre a qual devemos fundamentar nosso compromisso missionário e toda nossa vida (DA 247-249). A Palavra de Deus está no centro da vida do discípulo somente na sua forma eucarística: anúncio e meditação, estudo da Palavra de Deus que não cheguem à celebração da Eucaristia, poderá indicar o caminho para a Vida Nova, mas nunca conseguirá comunicá-la e torná-la presente. A celebração da Palavra na ausência do presbítero nunca substitui a celebração da Eucaristia, mesmo satisfazendo o preceito festivo para quem não pode participar da Santa Missa; esse culto dominical sem o padre está sendo celebrado à espera da Eucaristia, voltado para Eucaristia (DA 100e). A Igreja, Corpo de Cristo e, só por isso, Povo de Deus, comunica vida porque é sacramento que possibilita, na história, o encontro com Jesus Cristo vivo: *“ao início do ser cristão, não há uma decisão ética ou uma grande ideia, mas o encontro com um acontecimento, com uma Pessoa que dá à vida um novo horizonte e, desta forma, o rumo decisivo”* (Deus Caritas Est 1 – DA 243).

Dentro deste contexto podemos agora compreender melhor outras afirmações que o Santo Padre Bento XVI nos dirigiu durante sua visita ao Brasil para inaugurar a V Conferência Geral. Falando para os bispos brasileiros, reunidos na Catedral da Sé, em São Paulo, na sexta feira 11 de maio, dizia: *“Entre os problemas que afligem a vossa solicitude pastoral está, sem dúvida, a questão dos católicos que abandonam a vida eclesial. Parece claro que a causa principal, dentre outras, deste problema, possa*

ser atribuída à falta de uma evangelização em que Cristo e a sua Igreja estejam no centro de sua explanação”. E ao comentar a atividade ecumênica entre os cristãos, ele disse: “além do mais, vale sempre o princípio do amor fraterno e da busca de compreensão e da proximidade mútuas; mas também a defesa da fé do nosso povo, confirmando-o na feliz certeza de que a única Igreja de Cristo... subsiste na Igreja Católica governada pelo Sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele (LG 8)”.

Se, de um lado, devemos deixar todas as seguranças e certezas que nos amarram no comodismo da repetitividade de muitas nossas atividades pastoralistas dentro das nossas comunidades, para que morrendo a nós mesmos, possamos ir aonde o Espírito nos enviar, por outro lado, esta liberdade de lançar as redes em nome do Senhor, sem medo de sermos rejeitados, perseguidos ou tratados com indiferença, nunca deverá apagar a certeza de que há, entre nós, na nossa história, um lugar onde a Vida Nova de Jesus Cristo está visível e comunitariamente operando: isto é, a Igreja Católica. Não podemos despertar interesse por Cristo, convidar os nossos irmãos para partilhar a Vida Nova sem ter a capacidade, no Espírito, de indicar o lugar onde ela se faz presente, encontrável e comunicável. Se o discípulo não convidasse, no respeito da liberdade de cada um (DA 136), a participar da vida da Igreja, ele prometeria uma salvação que, deixando na insegurança de poder acontecer, seria experimentada como pura palavra de homens e passível de decepção. Precisamos recuperar o fervor espiritual, o valor e a audácia apostólicos da multidão de admiráveis evangelizadores que se sucederam ao longo da história, que nunca separam a Igreja de seu amor por Jesus Cristo e pela salvação da humanidade (DA 156, 552).

A PARÓQUIA COMUNIDADE DE COMUNIDADES PELA CENTRALIDADE DA EUCARISTIA⁵

Toda a preocupação evangelizadora e pastoral do DA pede uma valente ação renovadora da estrutura elementar da vida eclesial: a paróquia, célula viva da Igreja comunhão (DA 170, 304). Não se oferece

5 Cf. DA 164-183, 201-204, 209-215, 304-313, 509-519.

um plano detalhado para reformar a paróquia, mas o DA lança propostas de reformulação das estruturas paroquiais e desafios missionários que gostaríamos de articular dentro do duplice eixo formativo e missionário que caracteriza todo o documento.

Em primeiro lugar, a ineficácia de muita pastoral e evangelização está na falta de centralidade pascal-eucarística que fundamente o encontro pessoal com Jesus Cristo vivo de forma eclesial, e não reduzido a fáceis subjetivismos relativistas ou dependentes de ideologias, o que nós chamamos aqui de degeneração pastoralista (DA 100b, 178). O primeiro movimento missionário deve ser ad intra, dentro da Igreja, na recuperação da própria identidade cristã católica a partir do chamado à santidade, isto é, uma vivência eucarística. A insistência pastoral do DA, fazendo eco ao Magistério do Papa Bento XVI sobre a centralidade da Eucaristia e do Domingo, quer evitar qualquer tentação triunfalista de fortalecimento da identidade eclesial enfraquecida depois de anos de redutiva interpretação do Concílio Ecumênico Vaticano II e de Medellín. Parece que para alguns a Igreja começou no Vaticano II e, na América Latina, só com a Conferência Geral de Medellín. A preocupação pelos pobres virou só econômica e materialisticamente reduzida, ontem pela sociologia de diferentes cunhos marxistas e hoje pelo relativismo do esvaziamento de qualquer identidade na ideologia desconstrutivista do gênero e de uma ecologia anti-humana. Em alguns ambientes eclesiais parece que o tempo parou nos anos setenta-oitenta e a reflexão está sendo um atraso e uma marginalização de insignificância frente às mudanças culturais.

A centralidade trinitária da Páscoa na celebração eucarística garante que o discípulo anuncie em virtude de uma progressiva vontade de sua santificação como oferta viva, santa e agradável a Deus dentro de sua própria vocação e estado de vida (DA 240-242). A Palavra de Deus, seja na Liturgia, seja na oração pessoal, deverá levar a esta encarnação e entrega pascal na vida do discípulo missionário. Só assim pertenceremos à Igreja, que é santa e sempre necessitada de reforma e conversão pela presença, nela, de nós pecadores. Ter descuidado disso ao longo desta últimas décadas

em favor de um bibliocentrismo anti-eclesial e antimagisterial, isto é anti-eucarístico, privou muito do ardor missionário e da atração própria de uma evangelização que nunca poderá deixar de lado a necessidade da Tradição para uma fiel transmissão da Palavra de Deus, da santificação e da vida sacramental de cada um dos discípulos que querem anunciar a Boa Nova da Páscoa.

Isso requer também uma prudente e sabia re-descoberta da essência do ministério ordenado (bispo-presbítero) em plena fidelidade à Tradição Apostólica da Igreja (DA 323) e no respeito honesto de sua escolha pelo celibato (DA 196) como estado de vida mais adequado e conveniente para o presbítero e bispo viverem e exercerem sua consagração e seu ministério (DA 186-204, 314-327). Muitas vezes, aberturas desnecessárias quanto ao ministério ordenado correspondem muito mais a demagogias de poder e falsos “democraticismos” intra-eclesiais do que a autêntico desejo de formarmos uma Igreja sempre mais conforme à vontade de Jesus Cristo, seu Fundador, e não escrava da moda dos tempos. A questão do ministério ordenado, na sua fundação cristológica-apostólica-pneumatológica e representação sacramental de Cristo Cabeça (bispo-presbítero), deveria ser serenamente abordada em plena fidelidade e obediência ao Magistério do Papa e dos bispos unidos a ele, evitando qualquer forma de irenismo ecumênico e de erradas interpretações de uma Igreja demagogicamente toda ministerial. A ministerialidade continua implicando uma autêntica diferença de grau e de essência entre o sacerdócio comum de todos os fiéis e o sacerdócio ministerial hierárquico dos bispos e presbíteros, conforme LG 10.

O DA convida a refletirmos e rezarmos para que a paróquia se torne cada vez mais adequada aos novos desafios da evangelização, especialmente em um contexto urbano híbrido, heterogêneo e plural sempre em mudança, seja na cidade, seja no campo (DA 58 509-519). A insistência de uma paróquia comunidade de comunidades tenta levar em séria consideração a centralidade da pessoa e de sua subjetividade relacional que, apesar

de sua decadência cultural pós-moderna no individualismo materialista hedonisticamente pseudo-espiritual, anticomunitário, porém massificador, pede novos cuidados pastorais na linha da comunhão de pessoas.

A paróquia, confirmada como célula viva da Igreja (DA 170), continua comunidade em virtude de sua celebração eucarística, centro de unidade de suas pequenas comunidades (DA 175-177, 305). Apesar de usarmos uma terminologia da tecnologia contemporânea de comunicação, que exclui qualquer centro no sistema de rede, a rede de pequenas comunidades continuaria tendo o seu centro catalisador e atrativo: a Eucaristia como sacramento da caridade de Deus em nosso meio. A Igreja cresce, não por proselitismo, mas por atração como Cristo atrai tudo para si com a força do seu amor. É Deus Pai quem nos atrai por meio da entrega eucarística de seu Filho (Jo 6,44 - DA 241). “*A Igreja atrai quando vive em comunhão, pois os discípulos de Jesus serão reconhecidos se se amarem uns aos outros como ele nos amou (cf. Rm 12,4-13; Jo 13,34)*” (DA 159).

A paróquia não se reduz a simples somatória de pequenas comunidades ou movimentos, visto que ela é célula da diocese na qual, como Igreja particular, está plenamente presente a Igreja Universal. A Igreja Universal não se esgota, porém, na particularidade de cada uma das dioceses: ela precede cronológica e ontologicamente as Igrejas particulares (DA 165-166). Portanto, os movimentos eclesiais (ME), as novas comunidades (NC), todas as pequenas comunidades que surgiram em virtude de carismas reconhecidos pela Autoridade da Igreja, vão além dos confins próprios de cada paróquia e cada diocese, embora precisem sempre estar em plena comunhão com o bispo diocesano e atuar pastoralmente em unidade com a Igreja particular (DA 214, 281, 313). Os carismas que o Espírito entrega aos fiéis são dados a alguns para que sirvam à santificação de todos (DA 162). Por isso a unidade de todos na diocese, pela paróquia, se atua ao redor da Eucaristia, e não simplesmente ao redor da organização. É necessário afirmar que uma cobrança pastoralista de unidade, no esquecimento da Verdade revelada e no desrespeito da riqueza dos diferentes carismas ou

da constitutiva apostolicidade eclesial do ministério ordenado, faz crescer a mediocridade de nossas paróquias e a hipocrisia de relacionamentos pastoralistas motivados por conveniências pessoais e comunitárias (DA 12). Estas posturas vão cada vez mais reduzindo a participação na Igreja a um número excessivo e cansativo de reuniões, a uma mentalidade de “assembleiarismo” vazio e de dinâmicas e metodologias que infantilizam a fé e a identidade católica. Assim fazendo, a pastoral se desgasta e nos desgasta; nossas comunidades perdem sua capacidade de atrair e interessar. É a Verdade crucificada da entrega eucarística que garante a autenticidade da unidade como comunhão: a unidade não consiste em uma simples e banal ausência de problemas, tensões e dificuldades, em um sincretismo de religiões (DA 238) ou em um ecumenismo indiferente às diferenças sacramentais e eclesiais (DA 234). Sempre haverá tensão purificadora entre carisma e instituição, desde que isso não implique contraposição niveladora anti-hierárquica ou anticarismática (DA 312). Tendo o mesmo Espírito do Cristo ressuscitado como fonte, instituição e carismas se interpenetram no respeito fecundo dos respectivos e diferentes valores de edificação eclesial.

As pequenas comunidades, ME, NC, CEBs (comunidades eclesiais de base), associações e grupos (DA 307-313), na sua diferente dinâmica e criatividade carismática, dão maior flexibilidade à Igreja em seu desejo missionário de alcançar a todos em sua situação existencial, em seus tempos e lugares, em suas específicas necessidades (DA 365-372, 446b, 513, 518b.c,). Esta articulação de comunidades, não gerada e construída a partir de planejamentos prévios, reduzidos à pura administração de grupos, obedece à unidade da Páscoa de Jesus Cristo celebrada na Eucaristia, anunciada na Palavra, vivida na Caridade fraterna e unificada pela sucessão apostólica também através de planos pastorais diocesanos e organismos ligados aos bispos no exercício de seu ministério (DA 169, 179, 214, 518b). A vida precede qualquer organização, embora a articulação hierárquica e constitutiva da Igreja se concretize também em planos, planejamentos

e específicas competências ministeriais e profissionais ordenadamente respeitadas e unidas no único Corpo de Jesus Cristo que é a Igreja.

As pequenas comunidades, não reduzidas somente às CEBs (DA 178-180, 214, 307-313), oferecem para os seus membros uma experiência de vida comunitária onde eles se sintam realmente discípulos e missionários de Jesus Cristo em comunhão, todos responsáveis pela missão. A qualificação de “pequenas comunidades” não consiste em uma definição quantitativa ou geograficamente reduzida a um lugar: a qualificação de “pequenas” reconhece que estas novas formas de comunidades, sejam ME, NC, CEBs ou outras formas próprias das diferentes Igrejas Particulares, possibilitam e proporcionam um verdadeiro encontro pessoal e comunitário com Jesus Cristo vivo na atenção mais flexível com a particularidade de cada membro da comunidade. Esta preocupação em oferecer uma proposta que respeite a pessoa e sua subjetividade, é ainda mais reforçada no DA 174, quando se pede a maior atenção na convocação e formação dos leigos, respeitando sua peculiaridade de vida familiar e competência profissional: há contextos onde a Igreja se faz presente somente pelos leigos (DA 174, 312, 517h, 518f.j.k).

Esta insistência do DA sobre os leigos e suas características laicais de presença no mundo poderia levar-nos a re-pensar nossa proposta evangelizadora de Igreja, de paróquia em articulação com sua diocese, em termos mais de subjetividade existencial e caminhos apropriados para realidades pastorais diferenciadas. Isto poderia significar re-pensar nossa pastoral a partir de três momentos cruciais da única experiência humana das pessoas: o nascimento, o amor entre homem e mulher, a morte com seu sofrimento e dor, dentro do contexto antropológico do trabalho-cultura. As propostas querigmáticas, litúrgicas, catequéticas e formativas continuadas, além da oração, deveriam se articular ao redor destes três momentos existenciais (nascimento, amor esponsal e sofrimento-morte) para que o encontro com Jesus Cristo vivo seja autenticamente pessoal, converta e mude a vida das pessoas, a pertença comunitária seja respeitosa das pessoas e, ao mesmo tempo, leve-as à entrega eucarística de sua vida

no discipulado, e a missão no mundo, ao encontro dos outros, possa ser humanamente interessante e atraente. Reconhece-se prioridade na pastoral ordenada à iniciação cristã como caminho de introdução e amadurecimento existencial nos mistérios salvíficos de Jesus Cristo, levando em conta etapas e momentos próprios da vida das pessoas (DA 286-294, 518d).

Não podemos continuar propondo o Evangelho e a Igreja e tendo como única proposta o engajamento em pastorais ou serviços ministeriais intra-eclesiais: isso denota um enfraquecimento do anúncio, sua abstrata aderência à vida das pessoas, sua possível irracionalidade espiritualista-emocional e medo em relação aos desafios da cultura urbana (DA 513). Se a missão não comunicar a vida de Jesus Cristo, partilhada por ele na sua Páscoa eucarística, formando seu Corpo, a Igreja, o Povo de Deus não passa de entidade exclusivamente sociológica à mercê dos pensamentos culturais modernos e pós-modernos (neoliberalismo individualista, hedonismo relativista, ecologia ecocêntrica e a ambiguidade da ideologia do gênero na indiferença pela diferença para com todos). *“Nossa maior ameaça é o medíocre pragmatismo da vida cotidiana da Igreja na qual, aparentemente, tudo procede com normalidade, mas na verdade a fé vai-se desgastando e degenerando em mesquinhez”* (DA 12).

Evangelizar para formar discípulos missionários que se santifiquem em virtude do cumprimento fiel de sua vocação e missão: esta é a finalidade da pastoral paroquial em plena comunhão com um projeto orgânico de formação aprovado pelo bispo, mestre da fé (DA 187, 189). *“A missão principal da formação é ajudar os membros da Igreja a se encontrar sempre com Cristo, e assim reconhecer, acolher, interiorizar e desenvolver a experiência e os valores que constituem a própria identidade e missão do cristão no mundo. Por isso, a formação obedece a um processo integral, ou seja, compreende várias dimensões, todas harmonizadas entre si em uma unidade vital”* (DA 279). *“Chegar à altura da vida nova em Cristo, identificando-se profundamente com Ele e sua missão, é um caminho longo que requer itinerários diversificados, respeitosos dos processos pessoais e dos ritmos comunitários, contínuos e graduais”* (DA 281).

A centralidade antropológica da pessoa na missão da Igreja (dioceses-paróquias) pede uma nova relação pessoal e vital com a Palavra de Deus (Lectio Divina e grupos de oração, por exemplo – DA 249, 255) para que a Liturgia continue sendo ato de louvor de Jesus Cristo ao Pai no Espírito, e não auto-celebração da comunidade. Os sacramentos na centralidade da Eucaristia (vida, morte e unidade esponsal de Jesus Cristo com cada pessoa e com todos) têm, cada um, uma específica relação com nascimento, amor esponsal e enfermidade-morte: o Batismo, a Crisma e a Eucaristia, com a vida nova em sua horizontalidade antropológica e sua verticalidade de dom divino e eterno; o Matrimônio, com o amor esponsal e a vida nova dos filhos, junto à vida consagrada que, mesmo não sendo sacramento em si, representa uma proposta de discipulado missionário na radicalidade escatológica do Batismo e da Crisma para uma entrega corporal-eucarística; os sacramentos da Penitência e da Unção dos Enfermos – Extrema Unção abrem a morte, o sofrimento, a dor, o pecado e o erro, às vezes humanamente irreversíveis, à vida nova da Páscoa de Cristo que, perdendo, reconcilia; o sacramento da Ordem, na linhagem válida da sucessão apostólica, garante a autenticidade da Vida Nova da Páscoa comunicada pela Palavra de Deus, pelos Sacramentos e pela Caridade, fielmente transmitidos e autenticamente interpretados, celebrados e vividos (DA 175).

Além do mais, o DA (276-300) aponta para três momentos, harmonicamente entrelaçados, do processo de formação de discípulos missionários graças ao trabalho evangelizador e testemunho apostólico de todos os carismas dos ME e NC, das pequenas comunidades, das CEBs e de outros grupos que podem compor o tecido humano de relações evangelizadoras de nossas paróquias: o anúncio querigmático, a iniciação cristã e a catequese permanente. Os três momentos devem-se considerar entrelaçados organicamente, visto que *“o querigma não é somente uma etapa, mas o fio condutor de um processo que culmina na maturidade do discípulo de Jesus Cristo”* (DA 278.a). O anúncio se fundamenta na presença de Cristo Ressuscitado na Igreja de todos os tempos, e isto é fator imprescindível do processo de formação de discípulos missionários

(DA 279). O DA 278 destaca cinco aspectos fundamentais que aparecem de maneira diferente em cada um dos três momentos: *o encontro pessoal com Jesus Cristo vivo* (Palavra, Sacramentos, Caridade), *a conversão* (empenho moral assumido em plena liberdade para ser transformado e transformar o mundo na morte e ressurreição de Jesus Cristo pelo Espírito), *o discipulado* (amadurecimento do conhecimento das Escrituras-Doutrina da fé, amor e seguimento, até a identificação com Jesus Mestre através da catequese permanente e da vida sacramental), *a comunhão* (vida de Igreja na família, paróquia, pequenas comunidades, ME, NC e CEBs, como sinal de amadurecimento e eficácia da vida eucarística no Espírito) e *a missão* (não deve ser entendida como etapa posterior à formação, ainda que esteja realizada de diversas maneiras conforme a maturidade na fé e pertença à Igreja do discípulo. Trata-se do convite evangélico ‘vinde e vede’ (Jo 1,39), oferecido pela mediação da comunhão eclesial. DA 243-245).

Destacamos que a formação dos leigos e leigas deve contribuir, antes de mais nada, para sua atuação como discípulo missionário no mundo, na perspectiva do diálogo e da transformação da sociedade. É urgente uma formação específica para que possam ter incidência significativa nos diferentes campos, sobretudo “no vasto mundo da política, da realidade social e da economia, como também da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e de outras realidades abertas à evangelização (DA 283).

PIEIDADE POPULAR MARIANA⁶

O DA, apreciando o valor da religiosidade popular de nossos povos latino-americanos (DA 127, 258-259, 263-264, 549), convida para uma evangelização não preconceituosa e não racionalista da devoção popular, especialmente a mariana, a partir de uma espiritualidade eucarística fundamentada na centralidade da Cruz e da Páscoa, para formar o discípulo missionário adulto (DA 262).

6 Cf. DA 1, 4, 7, 25, 37, 99b, 127, 141, 160, 258-272, 280b, 320, 364, 451, 524, 549, 553-554.

Queiramos ou não, a grande maioria continua procurando de uma forma ou outra, direta ou indiretamente, Nossa Senhora e os Santos – pelo menos é o que vemos e podemos testemunhar no Brasil (DA 260-261, 264-265, 273-275). Não é de estranhar que muitos, mesmo que não se digam católicos praticantes ou praticantes de cultos não cristãos, pelo fato de serem latino-americanos, procuram em Nossa Senhora um amparo materno e restaurador, uma referência benfazeja e encorajadora. É raro encontrar os nossos santuários vazios nos dias de festas marianas, de novenas e de tradições locais específicas (DA 259-260, 265). Nossa Senhora continua atraindo os nossos povos (DA 268-269), continua mexendo com o coração, os sentimentos e a emoção dos nossos povos: não podemos nos fechar a uma evidência que se fez ainda mais forte perante os ataques de muitas renovações e reformas pós-conciliares, frutos de interpretações equivocadas do Concílio Vaticano II. Quanto mais quiseram desenraizar e dessacralizar o culto de Nossa Senhora e dos Santos de nossos povos, quanto mais se queria reduzir toda pastoral a uma reflexão ideológica da Bíblia desligada da Igreja e de seu legítimo Magistério (DA 178), maior foi a resposta, aparentemente antimoderna, dos próprios povos. Hoje, essas tentativas secularizantes estão desaparecendo e, em sentido oposto, emerge uma religiosidade popular de intensa devoção mariana, devoção eucarística, de busca do bem-estar integral, de amor e fidelidade ao Papa e à Igreja como Mistério (DA 99b, 127). Percebe-se a eficácia do sentido da fé dos fiéis (*sensus fidei*, LG 12), mesmo quando nem sempre a pregação comunitária de base e a prática litúrgica conseguem oferecer segurança e certeza eclesial.

Nesse contexto, os santuários mais do que as paróquias, os movimentos eclesiais (ME), as novas comunidades (NC) e formas renovadas de vida religiosa mais do que as pastorais, as associações e várias congregações tradicionais parecem oferecer uma experiência de fé cristã mais próxima da vida das pessoas, mais completa, mais radical e mais desafiadora. As paróquias e as suas instituições pastorais continuam válidas pela intrínseca conexão com a Igreja diocesana e com o bispo,

porém precisam de maior vitalidade e força existencial, como é bem mais evidente em vivências eclesiais flexíveis e capazes de acompanhar a mobilidade própria da vida urbana contemporânea. Podemos afirmar, juntamente com o servo de Deus João Paulo II e com o Santo Padre Bento XVI, que o Espírito Santo nos está proporcionando uma verdadeira primavera eclesial pelo surgimento de muitos movimentos eclesiais e novas comunidades no pós-Concílio. Enquanto a paróquia se organiza no território e procura uma certa estabilidade, evangelizando as casas sem discriminação de interlocutores, os ME, as NC e formas de nova radicalidade evangélica na vida consagrada, os fluxos de peregrinos rumo aos nossos santuários acompanham o movimento de fragmentação de tempo e espaço, evangelizando, através dos seus membros e de suas formas carismáticas e devocionais, os ambientes de trabalho, de escola, de cultura e de política, de dor e sofrimento, de pobreza e violência (DA 260-261). O fiel leigo batizado é a figura central dos ME e das NC, mesmo naqueles onde os presbíteros ainda têm um lugar central de responsabilidade, enquanto nas paróquias a organização territorial e temporal garante a celebração dos sacramentos, a catequese preparatória para os sacramentos e as obras de caridade de primeira necessidade. Para as multidões, nunca massas (DA 260-261), que se dirigem aos santuários, quase sempre marianos, estes fazem sentir proximidade de Deus, maternidade mariano-eclesial e penetração personalizada e reconciliadora da fé na sua vida cotidiana: todos juntos, como Povo de Deus a caminho rumo a Maria, certeza e garantia da Igreja gloriosa, da Jerusalém Celeste, humanidade transfigurada pela vitória pascal de Jesus Cristo (DA 524).

Como na família humana, a Igreja-família é gerada ao redor de uma mãe, que confere 'alma' e ternura à convivência familiar, Maria, Mãe da Igreja, além de modelo e paradigma da humanidade, é artífice de comunhão. Um dos eventos fundamentais da Igreja é quando o 'sim' brotou de Maria. Ela atrai multidões à comunhão com Jesus e sua Igreja, como experimentamos muitas vezes nos santuários marianos. Por isso, como a Virgem Maria, a Igreja é mãe. Esta visão mariana da Igreja é

o melhor remédio para uma Igreja meramente funcional ou burocrática (DA 268).

Para uma compreensão mais aprofundada da dimensão mariana da Igreja, indicamos a leitura dos Anexos no livro, já citado neste artigo, escrito pelo teólogo cardeal Giacomo Biffi, *Para amar a Igreja*, publicado pela Editora O Lutador em parceria com o CCFC, em 2009.

A movimentação e fragmentação da vida pós-moderna desafia a estabilidade da paróquia, aproxima-se de formas de vida cristã muito mais parecidas com os ME e as NC ou outras associações laicais ou renovadas experiências espirituais e pastorais (caminhadas da juventude, romarias, círios, mutirões de caridade etc.). Encontra nos santuários, especialmente marianos, uma possibilidade de viver a própria religiosidade, a própria fé cristã na liberdade da movimentação das festas, das novenas, das peregrinações e das devoções. Nos santuários e, com as devidas diferenças nos ME e NC, a pessoa em sua subjetividade e sua individualidade se sente protagonista de uma escolha, de uma adesão, de uma decisão de ir até o santuário, de uma participação menos funcional e burocrática, mais flexível e mais correspondente aos seus interesses e necessidades, mais experiencial no sentido do “Vinde e Vede” de João 1,39, do “Queremos ver Jesus” de João 12,21 (DA 243-244).

Nota-se também que vários ME e NC têm ainda muito para crescer e amadurecer. Alguns deles ainda estão voltados quase exclusivamente para a oração e oferecem uma espiritualidade na linha do bem-estar, da cura ou dos milagres. Outros não levam ainda em séria consideração a dimensão secular das vocações laicais, devido a uma deficiência da reta compreensão teológica do mundo e sua adequada autonomia. Muitas devoções marianas também continuam marcadas por esta procura de bem-estar e de alívio existencial, com uma proposta fraca de conversão a Jesus Cristo, de adesão sincera e desinteressada à Igreja. Algumas radicalidades de consagração, de confusão entre casados e celibatários, podem esconder um radicalismo pouco sadio e nada evangélico do discipulado do Senhor Jesus Cristo e da dedicação por sua Igreja. Cabe aos bispos, unidos ao Papa, fazer o

necessário discernimento e oferecer a devida formação bíblico-doutrinal, litúrgico-sacramental, dentro de um clima de sincero acolhimento deles como dons do Espírito Santo e de paternal acompanhamento. Estas novas realidades eclesiais precisam crescer e se purificar conforme a fé autêntica da Igreja, não conforme as conveniências pastoralistas e organizacionalmente funcionais.

Mesmo assim, com estas dificuldades da religiosidade popular e de novas formas de espiritualidade cristã (DA 160), parece que devemos ter a coragem profética de colocar bem em destaque que a cruz e ressurreição de Jesus Cristo, a glória de Maria, sua primeira discípula (DA 1), e a futura ressurreição de todos nós discípulos, representam o centro da fé e de uma existência humana autêntica (DA 141, 347-364, 451). A dimensão profética que, talvez, na modernidade pós-conciliar estava mais voltada para as críticas sociais e as mudanças políticas, hoje, na pós-modernidade hedonista e consumista, e em uma tendência religiosa também egocêntrica emocionalista, se concretiza mais na ruptura e no salto necessário entre as nossas necessidades, até mesmo de felicidade, e uma vida adulta em Cristo. A dimensão adulta da vida pede uma ruptura purificadora entre desejo e necessidade, de um lado, e obediência e sacrifício, de outro. Não devemos ter medo de apresentar na pregação, na catequese e na formação, as exigências bíblicas do seguimento eucarístico do discípulo de Cristo: tomar a cruz para sermos identificados ao Senhor e Mestre (DA 266-267).

Evangelizar a religiosidade popular requer que os nossos santuários continuem sendo formas flexíveis de encontro, por Maria, com Nosso Senhor Jesus Cristo, porém saibam também oferecem pregações e catequeses bem pascais e eucarísticas, na linha do que nos fala São Paulo na Carta aos Romanos: *“Exorto-vos, portanto, irmãos, pela misericórdia de Deus, a que ofereçais vossos corpos como hóstia viva, santa e agradável a Deus: este é o vosso culto espiritual. E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito.”* (Rm 12,1-2.) É preciso apresentar Maria na sua autêntica dimensão de oferta

obediente, sem ceder a nenhum tipo de proposta espiritual que agrade a busca de bem-estar também religiosa. Não devemos esquecer que a dureza da existência cristã está na linha das dores do parto, do combate espiritual proposto pelo apóstolo Paulo. Também, devemos lembrar que a atração a Jesus Cristo não se traduz em propostas evangelizadoras *light* ou *soft* (como alguns “fiéis-consumidores” gostam de falar), ou seja, amenizadas e reduzidas ao nível do consumo terapêutico da religião, no qual o ato de crer se transforma em utilidade de auto-ajuda, sendo sempre funcional ao bem-estar físico, mental e espiritual do indivíduo. A perspectiva vocacional da misericórdia de Deus Pai, que sempre chama, e da resposta de cada homem e mulher, coloca no centro a nossa liberdade e a nossa obediência. É a Cruz que atrai: “quando for levantado da terra, atrairei todos a mim” (Jo 12,32). É Deus Pai que nos atrai pela entrega eucarística de seu Filho (Jo 6,44). Ninguém se torna cristão sem se oferecer no sim vocacional da sua oferta corporal (matrimônio e virgindade). Toda existência cristã é eucarística: oferta corporal para que tenhamos vida. Maria está a nossa frente porque viveu tudo isso e pode, nesta força eucarística de atração do seu Filho, interceder por nós e nossos irmãos falecidos.

Pensamos que em nossos santuários se devam oferecer propostas de iniciação cristã para os adultos bem articuladas com a diocese, as paróquias e os ME e NC, uma pregação bem fundamentada nas Sagradas Escrituras e uma formação que estimule a leitura orante dos textos bíblicos. Permanecer na escola de Maria (DA 270) significa aprendermos a escutar a Palavra de Deus para sermos movidos a praticar sua divina Vontade como a Virgem Maria: assim nos tornaremos discípulo, irmão, irmã e mãe de Jesus (Mc 3,34-35, Mt 12,46-50, Lc 8,19-21; DA 132-133), em Maria vem sendo gerada a Igreja, nova família de Deus pela Páscoa de seu Filho Jesus Cristo (DA 37, 269, 280b, 363-364). Acreditamos que reforçar o sacramento da reconciliação, continuar a renovação bíblica da pregação e da catequese mariana na perspectiva do discípulo oblato e obediente, acabará oferecendo uma proposta cristã que, purificando, mesmo confrontando o

desejo de bem-estar e causando martírio, far-nos-á crescer como homens e mulheres discípulos adultos.

Não devemos ter medo de conflitos e tensões provocados pela cruz de Cristo, pois isto nos prepara para a evangelização até de uma religiosidade que, procurando a própria felicidade, não pode parar na auto-satisfação e auto-ajuda individual. A vida plena se encontra na superação do eu na fé e no amor (DA 156, 553). Uma autêntica proposta cristã de oferta pede uma fundamentação teológica de nossa evangelização e catequese que seja plenamente centrada na Trindade Amor, e não simplesmente no Transcendente ou em Jesus de Nazaré. Sem um Deus Uno e Trino, apelar para a oferta seria um ato de suicídio existencial: sem o Pai, não teríamos quem dá e quem recebe nossa vida entregue eucaristicamente; sem o Filho, não teríamos quem possibilitaria concreta, histórica e corporalmente a entrega existencial que dá vida; e sem o Espírito Santo, não teríamos amor e ressurreição, por isso faltaria comunicação e participação na entrega sacrificial única e fundamental do Filho para o Pai. Necessitamos, com os Santos Padres da Igreja e os Místicos, retomar uma evangelização profundamente trinitária e eucarística, em que o amor sempre inclui sacrifício, isto é, entrega fecunda. Maria contribui nesse sentido com sua presença no nosso meio.

Maria é a grande missionária, continuadora da missão de seu Filho e formadora de missionários. Ela, da mesma forma como deu à luz o Salvador do mundo, trouxe o Evangelho à nossa América. No acontecimento de Guadalupe, presidiu junto com o humilde João Diego, o Pentecostes que nos abriu aos dons do Espírito (DA 269, confira também DA 1, 4, 524, 553-554).

A FAMÍLIA E A VIDA DAS PESSOAS⁷

O DA desafia nossas Igrejas para que, em sua renovação pastoral, se dê um lugar central e preferencial à família fundada no sacramento do

⁷ Cf. DA 13, 39, 40, 44, 49, 57, 65, 93, 100d, 101-119, 125-126, 174, 204, 210, 302-303, 328, 358-364, 431-475, 479.

matrimônio (DA 433-434) e, através dela, se retome a opção preferencial pelos jovens (DA 446a) e uma mais convicta defesa da vida em sua integridade. Puebla já tinha feito uma opção preferencial também pelos jovens, além de ter falado sobre a família (Puebla, 1166-1205). Em Aparecida, pediu-se que a família, um dos valores mais queridos por nossos povos e patrimônio da humanidade (DA 93, 114, 432), se torne um dos eixos fundamentais de toda ação evangelizadora da Igreja (DA 435), ainda que continue a ter também uma pastoral especificamente familiar.

Acreditamos que melhor teria sido se o DA tivesse assinalado com maior força que a família é o desafio central e maior de nossas culturas pós-modernas e seus ataques contra o matrimônio monogâmico, entre homem e mulher, indissolúvel e fecundo, contra a identidade de homem e mulher com a ideologia do gênero, e contra a inviolabilidade e sacralidade da vida (DA 13, 38-40, 44, 49, 436, 439, 444-445, 453-454, 461, 467-468, 469g, 503-504). Ainda mais se levamos em consideração que o conteúdo central da missão da Igreja, à qual o DA nos convida e para a qual nos cobra maior ardor, é participar a Vida Nova de Jesus Cristo para que todos tenham vida em Cristo. Consideramos que um trabalho eclesial de evangelização que leve a sério homem e mulher, identidade sexual e desejo de felicidade e comunhão, conjugalidade e busca de pertença afetiva e familiar, poderia responder melhor aos desafios culturais contemporâneos que, além de desconstruir os valores tradicionais, não deixam de manifestar uma nova sensibilidade, novos desejos e procura de prazeres. As pessoas se comunicam e se unem mais frequentemente por interesses materiais e emocionais, os grupos se formam principalmente ao redor do que desperta prazer. A felicidade, na sua dimensão corporal e espiritual, constitui na forma do desejo, o âmago do nosso ser homem e mulher, mesmo quando parece não nos comprometer e vincular mais, ou parece não gerar mais ligações responsáveis de comunidade. Trabalhar seriamente o desejo de amor que nos constitui, suas manifestações líquidas e afetivamente instáveis, com vínculos fracos e de quase total irresponsabilidade com a alteridade, a vida dos outros e do meio ambiente, nos conduziria a apreciar

a Verdade revelada sobre homem e mulher, imagem e semelhança de Deus, sobre a família, o amor dos cônjuges, sua paternidade e maternidade, os filhos. O que nos ilumina é que o DA (431-475) consegue enxergar que a família fundada no matrimônio (DA 432-437) é o alicerce e pano de fundo a partir do qual precisamos nos interessar e trabalhar em prol da vida plena (DA 464-469) de nossas crianças (DA 438-441), adolescentes e jovens (DA 442-446), idosos (DA 447-450), mulheres e homens, mães e pais (DA 451-463), até chegar ao cuidado com o meio ambiente, habitat a ser preservado na salvaguarda da centralidade antropológica de homem e mulher (DA 470-475).

Ao chamar o amor entre homem e mulher de paradigmático e arquetípico da vasta gama de amores, o Papa Bento XVI, na sua carta encíclica *Deus Caritas Est* 2, reconhece a centralidade do amor como desejo-eros, como ágape-oblacão num processo de amadurecimento (purificação e saneamento) rumo ao estágio adulto da pessoa, isto é, do amor sponsal na entrega definitiva, irreversível e fecunda. Muito do que falamos quanto à emoção, à procura indiferenciada de bem-estar, de gozo e de prazer, pede para a Igreja uma séria avaliação de como estamos teológica e pastoralmente trabalhando a questão central da existência: o amor, especialmente o amor homem e mulher e a sua repercussão sobre os jovens. A nossa pastoral tem descuidado bastante disso. Continuamos a dar como por pressuposto uma compreensão cristã do matrimônio e uma pacífica acolhida dos valores próprios do casamento católico (DA 38-40, 44, 328, 432) Se, de um lado, nos questiona o escasso investimento de tempo, energias, qualidades e fidelidade ao Magistério da Igreja (DA 100b, 437j) em alguns cursos de preparação dos noivos para o sacramento do matrimônio, por outro lado, vários ME e NC, juntamente a grupos e movimentos de espiritualidade e pastoral familiar, surgiram exatamente para evangelizar a família, para educar em Cristo o amor humano, os afetos e a geração de nova vida nos filhos (DA 437, 458, 463a.b.d, 469a.b.f.g.h), preocupando-se com a formação dos jovens desde a sua adolescência (DA 446b).

Interessante verificar, também, que o servo de Deus, o Papa João Paulo II, dedicou muito do seu ministério sacerdotal, episcopal e petrino a esses dois assuntos: jovens e família. Quando Papa, logo dedicou os primeiros cinco anos de suas catequeses nas quartas-feiras ao Amor Humano (João Paulo II, *Homem e Mulher o Criou. Catequeses sobre o Amor Humano*, EDUSC, Bauru 2005), além de ter criado o Pontifício Conselho para a Família, ter dedicado um Sínodo para a Família e, ainda, ter escrito documentos magisteriais e criado os grandes encontros mundiais dos jovens (DA 446h) e das famílias. Entendemos que há aí um grande apelo profético para fundamentar nossas reflexões e ações evangelizadoras e pastorais (DA 437g.i.j).

O que se impõe quanto à Boa Nova de Jesus Cristo sobre a família fundada sobre o matrimônio monogâmico, heterossexual, indissolúvel e fecundo, é a necessidade que temos de levar em séria consideração pastoral a evangelização do eros, do desejo, da emoção e do bem-estar (DA 50), para conduzi-los na liberdade e no respeito da individualidade, à plenitude do ágape que nunca deixa de ser plenamente erótico e, por isso, oferecer uma satisfação apenas possível no Mistério do Amor eterno e trinitário (DA 434). Isso acontece quando o convite ao discipulado cristão coloca bem em evidência a centralidade da entrega filial, a sua conseqüente dimensão de oferta e de sacrifício eucarístico, dentro do que já conversamos acima quando falamos da vida em Cristo do discípulo missionário. O desejo de amar e ser amados, de conhecimento, de criatividade e de produtividade que nos constitui como homens e mulheres inteligentes e trabalhadores, deve-se educar na purificação e amadurecimento do ágape, amor descendente e oblato. Este último nunca deve resfriar e anular o desejo que está bem no âmago do nosso ser: sem eros, o amor não conseguiria desejar doar-se até o sacrifício pelo bem do outro. Sem eros, não teríamos mártires e testemunhas. Sem ágape, não teríamos entregas para que todos tenham vida. Recuperar com São Paulo (1Cor 11, 1-16; Ef 5, 21-33), com São João (Jo 2; 19,25-27; Ap 21-22) e a grande Tradição sacramental-esposal dos Santos Padres da Igreja e dos Místicos, a sponsalidade que nos constitui

(DA 433) e levar os nossos jovens a vivê-la na consagração matrimonial ou virginal, conforme o chamado de Deus.

Não devemos ter medo de ser tachados de atrasados ou não-alinhados com os tempos. Devemos retomar com força a novidade evangélica sobre o amor humano, em plena fidelidade com o Magistério da Igreja, que a interpreta autenticamente. Pastoral ordinária paroquial, ME e NC em unidade com os bispos, deveriam elaborar caminhos de presença e educação ao autêntico valor do amor, e convidar a formas não-hedonistas e não-consumistas da busca de bem-estar emotivo que muito nos caracteriza. A entrega homem e mulher, no matrimônio ou na vida virginal, manifesta, na proposta de caráter exclusivo e definitivo, uma busca de bem-estar e felicidade que passa pelo sacrifício da oferta corporal-eucarística sem excluir o gozo e a emoção. A centralidade pascal da Eucaristia alimentada pela Palavra de Deus e pela oração pessoal (DA 446 c.d), como também apresentamos acima quando falamos da vida nova em Jesus Cristo para os discípulos missionários, a consequente espiritualidade eucarística do dom de si e da responsabilidade pela vida dos outros (cônjuge, filhos, próximos, sociedade, Igreja) deveriam educar a todos, mas especialmente aos nossos jovens, para uma autêntica procura do sentido da vida e para a descoberta vocacional do chamado a uma entrega conjugal ou virginal como forma existencial de nossa amizade e comunhão com Jesus Cristo (DA 442-445).

Na virgindade consagrada dos religiosos e das religiosas ou no celibato sacerdotal, a oferta eucarística do próprio corpo e liberdade acontece pela ausência física do cônjuge na antecipação escatológica de nossa pertença exclusiva a Deus no serviço do amor pelo Reino dos céus em suas diferentes formas carismáticas (DA 216-224, 450). Os virgens consagrados querem crescer como discípulos missionários de Jesus Cristo na radicalidade batismal de sua consagração virginal dentro da comunhão da Igreja. Os religiosos e as religiosas, cuja virgindade consagrada é antecipação das Núpcias escatológicas de todos com o Cordeiro imolado na Jerusalém Celeste, se configuram a Cristo pela obediência radical

à vontade do Pai e a pobreza material e espiritual de serem propriedade única e exclusiva de Deus na riqueza dos vários carismas para servir a todos, especialmente os mais pobres. O DA reafirma a imprescindibilidade da consagração virginal na Igreja como antecipação da comunhão escatológica de todos os homens e as mulheres com Deus no céu. Esta pertença exclusiva a Deus, pela mediação de sua Igreja, na forma concreta de sua própria Ordem religiosa, Congregação e Instituto, sempre foi a raiz que fez brotar religiosas e religiosos que deram sua vida pelos irmãos no serviço à caridade, ao ensino e à educação, às missões ‘ad gentes’, aos enfermos nos hospitais e nas casas, aos presos, aos escravos, aos indígenas, às mulheres. A caridade de inúmeros religiosos e religiosas sempre mostra a vitalidade da Igreja a serviço da transfiguração do mundo; o desejo de comunhão virginal com Deus nunca os aliena, antes, os conduz ao coração deste mundo, para que seja salvo e renovado (DA 99c.d, 100b, 216-224, 314-327, 373-379).

No matrimônio, a oferta corporal se faz pela entrega de corpos e liberdades entre os esposos e na vida dos filhos, criando comunhão (DA 433-434). Seja na virgindade, seja no matrimônio, a Igreja nos educa que emoção, gozo, prazer e bem-estar autênticos não acontecem pela libertinagem desvinculada de qualquer relação, resultado do medo da alteridade interpelante para a fecundidade do amor do outro e do transcendentalmente Outro. Precisamos profeticamente reverter o clima auto-referencial de busca individualista de bem-estar, de gratificação imediata e de fragmentação que apresenta qualquer forma de pertença como escravidão, fim da própria liberdade e individualidade. O matrimônio vivido na gratuidade da entrega cria formas de pertença onde emoção, razão, liberdade e vontade se reconciliam.

Os filhos aprendem o sentido autêntico e experiencial do amor e da pertença em suas famílias. Os filhos recebem de seus próprios pais o dom da fé em Jesus Cristo, verdade que ilumina e indica o caminho da verdadeira realização humana (DA 380): na transmissão da fé, os pais exercem sua missão de discípulos missionários (DA 114, 118, 204, 455-456, 463b.c),

os filhos recebem a vida de Jesus Cristo para se tornarem discípulos (DA 440, 441a.f) e os anciãos continuam como discípulos missionários, passando para as novas gerações a experiência e a sabedoria cristã de suas vidas (DA 39, 204, 447). A identidade própria do homem, muito mais do que simples provedor econômico da família (DA 462, 463e), e a da mulher, com sua específica relação à maternidade (DA 456-457, 458d), se definem sempre e somente dentro da lógica esponsal do amor e da família: o bem-estar dos dois e dos filhos encontra na família sua condição fundamental e primordial (DA 114), na relação de reciprocidade e colaboração mútua dos dois, na superação de toda e qualquer forma de machismo (DA 453-454, 461) encontra-se a condição necessária para o presente e o futuro de nossa sociedade humana (DA 452). A defesa fundamental da dignidade humana e de todos os valores (vida, paz, fraternidade, justiça e felicidade) começa na família (DA 468).

A fragilidade física e a solidão espiritual dos anciãos, que muitas vezes gastaram suas vidas a serviço de sua família, nos oferecem o sentido de precariedade e transitoriedade de nossa existência, de necessidade do afeto, acolhida, ajuda e compreensão dos outros: a família, e nela a sociedade, não pode considerá-los só como peso e carga, eles nos precederam na vida e nos precederão na Vida (DA 448-449). Pelo contrário, a pequenez e dependência das crianças nos interpelam para que respeitemos e acolhamos o dom da vida com a humildade de quem está perante o mistério do Dom e do Amor (DA 438). Todas estas relações se entrelaçam dentro da família, crescem e nos fazem crescer graças à família: homem e mulher, cuja dignidade está em sua imagem e semelhança de Deus (DA 387-390), encontram na família fundada no matrimônio sua vocação natural (DA 433-434, 451, 464).

A lógica de morrer a si mesmo é plenamente evangélica, porque é plenamente humana. Educar para a morte no amor (eucaristia do discípulo missionário) significa recuperar o valor não banalizado da educação à castidade em todas as fases de nossa vida. O autodomínio para e pelo amor nunca é contra o bem-estar e o autêntico prazer: ele é necessário para que se cresça como homem e mulher, não se decaia na desfiguração reificadora

do desejo que, deixado a si mesmo, nos autodestrói, acabando com os outros ao nosso redor.

Cabe-nos também identificar que, no continente latino-americano, muitos desafios e dificuldades para uma vivência familiar autêntica provêm do contexto de extrema pobreza e miséria, caracterizado por contrastes chocantes e absurdos entre uma minoria de riquíssimos e a maioria de pobres (DA 60-82, 432, 439, 445). Falta de emprego e escassez de recursos financeiros prejudicam a fidelidade conjugal, a fecundidade na geração de filhos e a satisfação na vida relacional de casal e com os outros (DA 461). Tudo isso cria uma subcultura de sobrevivência que desafia a Igreja na sua obra de evangelização. A opção preferencial pelos pobres, não exclusiva nem excludente, em sua fundamentação cristológica e sua transversalidade pastoral, continua sendo confirmada com força pelo DA (391-398). Voltaremos a esse assunto, quando falaremos da cultura, da educação e do trabalho. Aqui, basta lembrar que já ficamos bem decepcionados com propostas sociológicas alheias aos valores evangélicos e ao personalismo cristão.

Todo e qualquer tipo de estudo, proposta, ação social e política que quer enfrentar o problema da pobreza, nos níveis micro e/ou macro, tem que considerar seriamente a centralidade da família na sua monogamicidade heterossexual e fecunda. Muito vem sendo feito para confirmar e fortalecer o espírito individualista egocêntrico e auto-referencial de uma pós-modernidade que acaba destruindo o que se quer construir (DA 44-48). Sem família não adianta enriquecer. Projetos de desenvolvimento só para o indivíduo, fora do contexto relacional, em cujo centro encontramos a família, serão destinados ao fracasso e à cumplicidade de destruição cultural de nossas sociedades. *“O desenvolvimento, na verdade, não se pode reduzir a mero processo de acumulação de bens e serviços. Ao contrário, a pura acumulação, ainda que para o bem comum, não é condição suficiente para a realização de uma autêntica felicidade humana”* (DA 69).

Os ME e NC oferecem, no contexto atual, formas de pertença humana e eclesial e de educação integral na fé em Jesus Cristo que, por serem radicais, muitas vezes atraem e despertam os jovens na escolha e na

decisão vocacional da própria vida. As dioceses, juntamente com os ME e NC, devem também pensar em caminhos de santificação na oração e na caridade, mesmo na exclusão sacramental, para os que vivem em situações matrimoniais irregulares (DA 437f.h.j). Esses nossos irmãos, que podem até ter errado na primeira escolha, têm todo direito de se sentirem parte viva da Igreja através de propostas de vida que, graças a Deus, já várias Igrejas locais e ME e NC oferecem sem nenhuma necessidade de desobediência à verdade sacramental conjugal proposta pela Tradição magisterial. Sempre em plena obediência a Deus e a sua Igreja, podemos enxergar propostas de santificação, pertença e bem-estar também para eles, na linha da oferta e entrega, através da oração, da fidelidade e do amor recíproco, e para os próprios filhos, e da caridade com as diversas formas que o Papa Bento XVI nos indica na sua primeira encíclica.

A CULTURA: EDUCAÇÃO, TRABALHO E POBREZA⁸

O nível mais profundo da mudança de época que estamos vivendo se encontra na cultura (DA 44): ciência e tecnologia representam fatores determinantes dessa mudança (DA 34, 123-124), que acabam afetando a vida humana, a família, a educação, o trabalho como condição necessária para uma vida digna, gerando ainda mais discriminação (DA 69-73, 77-78) e mudando a percepção sócio-cultural da pobreza. Esta continua sendo percebida como escassez de bens primários e necessários como alimentos, saúde, escolas e trabalho, mas está mudando para uma frustrante e quase irreversível condição de descartabilidade, exclusão e inutilidade de sobra dos pobres em nossas sociedades latino-americanas globalizadas (DA 62, 65-66). Uma globalização que, em si, poderia expressar a aspiração de unidade do gênero humano (DA 60), reduzida apenas à sua dimensão econômica (DA 61), torna a riqueza e geração de renda um puro fenômeno de ações financeiras pouco regulamentadas e controladas pelos governos nacionais (DA 69). O que se torna cada vez mais claro é que a pobreza,

⁸ Cf. DA 4-10, 13, 22, 33-98, 99f, 100d, 118, 120-126, 174-175, 178, 185, 199, 209-210, 212, 258-265, 280c, 283-284, 328-346, 358-359, 380-430, 435, 437e, 439, 441d.f, 444-445, 446d.f, 453, 456, 459, 461-475, 476-546, 550.

como estado ordinário de vida da grande maioria, e como desafio para todos os cidadãos latino-americanos, é na quase totalidade dos casos problema sócio-cultural interligado a uma corrupção endêmica que afeta nossas políticas de tal maneira, que corromper e ser corrompido vira quase normal e necessário para a sobrevivência de muitos (DA 70, 77-78, 507). O escândalo faz-se maior se consideramos que o nosso é um Continente de maioria católica, onde a fé católica é cimento de nossas convivências (DA 501-502).

Além disso, a percepção da realidade, tão atravessada por uma pobreza material, educacional e de oportunidades, vem sendo mudada pelas novas tecnologias de comunicação e sua virtualidade, por culturas cada vez mais urbanizadas e compostas por categorias sociais muito heterogêneas (DA 45-46). Cotidianamente estamos sendo desafiados por tensões que acabam nos plasmando e condicionando: tradição-modernidade, globalidade-particularidade, inclusão-exclusão, personalização-despersonalização, linguagem secular-linguagem religiosa, homogeneidade-pluralidade, cultura midiática-pluriculturalismo (DA 35, 56-59, 484-490, 509-512).

É preciso reconhecer a positividade que, mesmo no meio de muitas ambiguidades e injustiças, ciência, tecnologia (DA 123-124) e mudanças culturais modernas e pós-modernas estão trazendo para nossos povos. *“Entre os aspectos positivos dessa mudança cultural, aparece o valor fundamental da pessoa, de sua consciência e experiência, a busca do sentido da vida e da transcendência”* (DA 52). Isso implica uma melhor valorização do sujeito, seu processo de construção de personalidade, sua liberdade e autodeterminação.

Por outro lado, o nível de hiperinformação e exagerada multimidialidade nos desorienta, fragmenta e aliena. A virtualidade que acelera nossos contatos e informações, não produz automaticamente maior comunicação, formação e relações solidárias. *“(…) em muitas ocasiões a informação transmitida pelos meios de comunicação só nos distrai. A falta de informação só se resolve com mais informação, retro-alimentando a ansiedade de quem percebe que está em um mundo opaco e que não*

compreende” (DA 38). Há uma verdadeira crise de sentido experimentada e significada como falta de sentido unitário da realidade, fragmentação desnorteadora de propostas, instintos e decepcionantes ilusões de liberdades e oportunidades: há uma falta de equidade na distribuição da riqueza e no acesso a oportunidades de estudo, saúde e trabalho de populações cultural e economicamente periféricas, mas bombardeadas com uma ilusória possibilidade de todos acedermos a benefícios sócio-econômicos e luxos prometidos pela propaganda da mídia (DA 36-39, 50, 54).

Pelo hipermaterialismo consumista e o relativismo narcisista, há uma sobrevalorização da subjetividade individual, pragmática e hedonista: os vínculos comunitários, a fidelidade responsável com os compromissos e as relações vão-se diluindo e se tornando cada vez mais provisórios e moveáveis (DA 44-47, 51, 479). A palavra perde sempre mais seu valor de compromisso, de confiança e de entrega, deixando de ser sólido fundamento para os relacionamentos e a convivência social: a perda de sentido unitário e unitivo do matrimônio e a falta de sólidos fundamentos para a vida familiar são gritante prova de liquidificação e inconsistência cultural.

Há uma radical transformação do tempo e do espaço: dá-se maior valor ao imaginário, ao mágico-virtual, a formas irracionais e patológicas do religioso, ao entretenimento, a protagonismos exasperados de mitos e modelos que querem convencer todos a respeito do critério único do sucesso, do medo e ameaça da diferença (ideologia do gênero, DA 40, 49) e de qualquer experiência de finitude, como a dor, a doença e o sofrimento, despertando interesse por formas de eliminação humana (aborto e eutanásia - DA 467, 469g). O futuro se torna cada vez mais incerto, mais sinônimo de medo e ameaça, do que cheio de esperanças e melhoras, enquanto o passado e as tradições são sempre menos relevantes e significativas na construção da própria identidade, em próprias escolhas e decisões. Só o agora do presente parece dar sentido e um pouco de estabilidade às nossas existências: os jovens vivem na incerteza deste futuro, de um passado sempre mais insignificante e de um presente cada vez mais agressivo, violento e concorrencial (DA 51, 328). A perda do sentido unitário da realidade e da oblatividade da

criação (DA 36-38, 125-126) levou a formas de exploração da natureza hoje patologicamente ameaçadoras de nossos futuros ecológicos e a novas formas neopagãs de cunho mágico, de transcendência imanente e de fluxos energéticos anti-humanas (DA 83-87).

Dentro deste contexto culturalmente em mudança, desta mudança de época, os discípulos missionários de Jesus Cristo, a sua Igreja, não têm medo de oferecer o que gratuitamente recebemos: a Verdade, a Vida e o Caminho na lógica da entrega eucarística, onde amor e fecundidade nos fazem crescer em dignidade e identidade no contexto de uma crescente vontade de integração regional de nosso Continente (DA 82, 520-546).

Por essa razão, os cristãos precisam recomeçar a partir de Cristo, a partir da contemplação de quem nos revelou em seu mistério a plenitude do cumprimento da vocação humana e de seu sentido. Necessitamos fazer-nos discípulos dóceis, para aprendermos d'Ele, em seu seguimento, a dignidade e a plenitude da vida. E necessitamos, ao mesmo tempo, que o zelo missionário nos consuma para levar ao coração da cultura de nosso tempo aquele sentido unitário e completo da vida humana que nem a ciência, nem a política, nem a economia nem os meios de comunicação poderão proporcionar-lhe. Em Cristo Palavra, Sabedoria de Deus (cf. 1Cor 1,30), a cultura pode voltar a encontrar seu centro e sua profundidade, a partir de onde é possível olhar a realidade no conjunto de todos seus fatores, discernindo-os à luz do Evangelho e dando a cada um seu lugar e sua dimensão adequada (DA 41).

Como nos disse o Papa em seu discurso inaugural: “só quem reconhece a Deus, conhece a realidade e pode responder a ela de modo adequado e realmente humano”. A sociedade que ordena suas atividades só mediante múltiplas informações, acredita que pode agir de fato como se Deus não existisse. Mas a eficácia dos procedimentos conseguida mediante a informação, ainda que com as tecnologias mais desenvolvidas, não consegue satisfazer o desejo de dignidade inscrito no mais profundo da vocação humana. Por isso, não basta supor que a mera diversidade

de pontos de vista, de opções e, finalmente, de informações, que costuma receber o nome de pluri ou multiculturalidade, resolverá a ausência de um significado unitário para tudo o que existe. A pessoa humana é, em sua própria essência, o lugar da natureza para onde converge a variedade dos significados em uma única vocação de sentido. As pessoas não se assustam com a diversidade. O que de fato as assusta é não conseguir reunir o conjunto de todos esses significados da realidade em sua compreensão unitária que lhes permita exercer sua liberdade com discernimento e responsabilidade. A pessoa sempre procura a verdade de seu ser, visto que é esta verdade que ilumina a realidade de tal modo que possa nela se desenvolver com liberdade e alegria, com prazer e esperança (DA 42).

Perante este contexto cultural, antes de qualquer coisa, precisamos, como católicos, retomar com maior seriedade nosso compromisso com a educação e a escola (DA 328-346). Muitas de nossas instituições perderam capacidade evangelizadora e se tornaram procuradas somente por causa da disciplina ou rigor pedagógico. Às vezes nem por isso, mas são procuradas exclusivamente por serem “tradicionalistas” e, não raro, são acessíveis apenas a quem tem alto poder aquisitivo. O pensamento líquido pós-moderno enfraqueceu a capacidade racional de conhecimento do real e suas manifestações. A crise de muitas escolas está fundamentada na crise ainda mais grave da consistência racional da fé católica, do seu sentido unitário, da sua tarefa de revelar o centro e a profundidade de toda a realidade; é crise de confiança na razão e em sua capacidade de conhecer e interagir eticamente com a realidade (DA 100d, 103, 280c, 328, 494-495). Podemos reafirmar que uma autêntica educação, seja no momento da alfabetização ou da formação cultural e acadêmica, sempre se vem propondo como caminho de introdução à realidade na sua totalidade. Cultura é exatamente arriscar, na ordem do conhecimento rigoroso e objetivo, uma interação de busca, pesquisa, hipóteses e trabalho na linha da verdade, como esplendor da unitariedade do real em suas diferentes epifanias. Suspender a verdade na sua impossibilidade de ser conhecida ou marginalizá-la como fruto de subjetiva interpretação, impede à realidade de se mostrar por aquilo que

ela é, e não a deixa livre para vir ao nosso encontro e nos capacitar de conhecimento verdadeiro e eficaz. A grave crise de identidade de algumas nossas instituições educativas católicas não é só questão de falta ou ruptura confessional. Trata-se mais ainda de falta de fundamentação metafísica e personalista, de consistência cultural: perderam-se atrás da propaganda mercadológica de venda do seu produto formativo cada vez mais reduzido aos gostos e apetites de sua clientela. (DA 22, 476-480, 502, Discurso Inaugural da V CGELAMC do Santo Padre Bento XVI).

É por isso que, como católicos, geradores de escolas ao longo da história, precisamos tomar a defesa e ampliar, na pluralidade cultural contemporânea, o papel da razão, purificá-la da absolutização esmagadora e autoritária da modernidade das Luzes e reabilitá-la do enfraquecimento emotivo, sentimental e líquido da abdicação cultural da pós-modernidade. Cabe-nos, em nome da Verdade que se auto-revelou, resgatar o lugar da razão no conhecimento da realidade e na administração consciente de nossa vontade e liberdade na interação com a natureza e com a cultura que herdamos. Isso nos coloca dentro de um fluxo de Tradição e de tradições em que a fé católica tem gerado formas de cultura na interação com culturas locais e com a modernidade. Podemos pensar no grande trabalho cultural e acadêmico desenvolvido, ao longo dos séculos, pelas Ordens religiosas. No diálogo nem sempre pacífico com as culturas (DA 4), a Igreja soube criar formas de presença que deram sua contribuição na construção da sociedade, na implementação de uma justiça que supera, pela caridade, pretensões prometeicas de resolução dos problemas da miséria e da corrupção.

O que percebemos como recusa da Tradição, quase sempre identificada com o passado e o velho, em prol de um imediatismo emocional e de um presencialismo satisfatório, típico também de uma religiosidade neo-pentecostal e sectária muito condizente com a pós-modernidade, tem que encontrar, em cristãos culturalmente bem preparados e academicamente bem consistentes, uma proposta teológico-cultural purificadora, na contracorrente, firme e corajosa em sua apologética, para que todos tenham vida (DA 7, 10, 229). Uma formação integral, que respeite a liberdade

religiosa e de educação em suas instâncias governamentais e legislativas (DA 80), centrada na pessoa humana, se tornará cada vez mais católica na medida em que fizer do conteúdo próprio da fé, sua fonte geradora de uma antropologia adequada, seu método e sua fundamentação (DA 328-340).

Sem idolatrar o passado e sem saudosismos ridículos de épocas ideologicamente consideradas como perfeitas, precisamos nos reconciliar e ter um encontro vital com o patrimônio cultural que nos precede e no qual nascemos. Cortar com a tradição que nos precede cria adolescentes incapazes de crescer rumo à idade adulta. Os nossos sistemas educacionais muito imediatistas e funcionais ao mercado do trabalho (DA 328), além de terem duvidosas qualidades educacionais (DA 65, 445) – pelo menos isso parece ser o sentido de algumas reformas para atualizar o sistema escolar de vários países – estão criando massas de jovens órfãos de sua própria identidade, história e tradições, cheios de diplomas e títulos academicamente reconhecidos, mas culturalmente vazios e debilitantes de suas capacidades intelectuais e profissionais. Podemos imaginar o que tudo isso significa no contexto de informatização multimidiática que tende a desestruturar as relações, a reduzir a comunicação a contatos e impulsos luminosos, a superar e desqualificar como supérflua qualquer unitariedade de sentido, qualquer preocupação com um centro e um coração capazes de unidade geradora de solidariedade e comunhão, e qualquer profundidade de raciocínio e especulação metafísica.

Metodologicamente falando, é urgente retomar o lugar pedagógico da memória e do estudo rigoroso, com insistência na leitura de textos clássicos, religiosa e culturalmente significativos e fundamentais para nossa identidade latino-americana. O estudo dos textos clássicos, gregos, latinos, de nossa tradição católica ocidental e das tradições cristãs orientais (ortodoxas), e das jovens culturas de miscigenação barroca, seja na literatura, na música ou nas artes, juntamente a tudo que de bom nos traz a modernidade e a tecnologia nas ciências, está se tornando cada vez mais necessário para criarmos novos homens e mulheres que possam enfrentar o declínio sociocultural próprio do relativismo contemporâneo. Ao invés

de nos nivelarmos culturalmente a um diálogo com a modernidade e a pós-modernidade de aceitação acrítica, ou de redução do cristianismo à filantropia e à religiosidade egocêntrica e individualista (DA 99b, 100b.d, 178), poderíamos esforçar-nos na formação de leigos e leigas adultos, capazes de administrar a própria existência, católicos fiéis a Jesus Cristo e à sua Igreja, profissionais academicamente competentes. Talvez esse seja o papel específico das nossas instituições acadêmicas, centros culturais e das nossas universidades católicas: trata-se de renovar, para além das ideologias e das demagogias, uma tradição secular em que a Igreja e os católicos sempre estiveram presentes.

A competência acadêmica e profissional que nossas instituições educacionais e universidades católicas (DA 341-346, 498) deveriam oferecer e estimular em seus docentes e alunos, comporta maior espaço para leigos seriamente engajados com sua Igreja e com a realidade. Os desafios científicos do tempo presente e a pesquisa rigorosa precisam encontrar homens e mulheres, discípulos missionários de Jesus Cristo no mundo, intelectualmente capacitados, academicamente sérios e profissionalmente dedicados: livres de vaidades de carreira, de sede egoística de poder e dinheiro, a serviço da Verdade e do bem da sociedade. Cabe a eles, em virtude de conhecimentos científicos, de posturas éticas e de seus trabalhos oferecer para a sociedade o testemunho de que acreditar em Cristo liberta, leva à compreensão do sentido unitário e profundo da realidade, oferece caminhos de realização da vocação humana. Cabe a eles também oferecer para a Igreja os conhecimentos, as pesquisas e as experiências necessárias, para que a Verdade por ela testemunhada possa ser racionalmente argumentada e sempre proposta no respeito da liberdade e da consciência de todos (DA 123-124, 463d, 465-466, 469, 501-508). Uma sadia interação entre teologia e ciência, fé e razão, pela mediação de leigos acadêmica e profissionalmente sérios e competentes, e de segura pertença a Cristo e sua Igreja, conseguiria trabalhar e renovar o papel unificador da fé como cimento fundamental de identidade, originalidade e unidade de nossos povos latino-americanos (DA 8). Não se trata de

propor modelos já desgastados, mas de fecundar, na complementaridade e respeito das competências, uma transmissão da fé, de vida, cultura e valores, e uma formação integral centrada na pessoa humana, que de uma geração à outra não fluem mais como no passado, e que não parecem gerar mais um diálogo e uma solidariedade intergeracional, pela fragmentação, precariedade e interatividade pluralística de nossos tempos.

O DA pede que se considere a cultura atual, que apresenta luzes e sombras, com empatia para entendê-la juntamente a uma postura crítica para descobrir o que há de pecado e humana limitação (DA 479). Esta empatia deveria ser fruto de uma atitude de seriedade no conhecimento científico, na educação, no trabalho e profissão, na vivência familiar, unidos a uma fé católica firme e corajosamente eclesial, mais do que indiferença bajuladora e formas ambíguas de agradar e de se conformar à superficialidade relativista que nos vem determinando. Especialmente os leigos estão convidados a se tornarem presentes nos níveis de decisão política, econômica, midiática e cultural (DA 491-492, 501, 504-508). Lamenta-se uma ausência de católicos eucaristicamente coerentes nestes novos areópagos (DA 100d, 436, 465-466, 502, 505-506), além de reconhecer uma omissão da Igreja no acompanhamento e formação de leigos que assumem responsabilidades em diversas estruturas de ordem temporal (DA 100c).

Aos Centros Culturais Católicos, dentro do anonimato híbrido e indefinido da cultura urbana ou em periferias carentes de ofertas culturais (DA 498-500), cabe também a responsabilidade de evangelizar a cultura, valorizar o que de válido já existe e com ele dialogar, sem medo algum de abandonar a opção preferencial pelos pobres. Percebe-se, dentro de alguns ambientes eclesiais mais críticos ou pastoralisticamente mais desprovidos, uma suspeita quanto ao trabalho cultural e sua evangelização, formulada através de posturas retrógradas de acusação de estilo burguês, acomodado e mais condizente à ‘classe média e alta dos ricos’, e de total descuido e desinteresse pelos pobres (DA 490-491).

Mesmo não comungando com esta postura anticultural, não podemos, falando de cultura, não levar em séria consideração a realidade social com

sua carga de pobreza esmagadora que atinge milhões de nossos irmãos latino-americanos, privados do necessário para viver em suas próprias famílias, privados de empregos dignos e de oportunidades no campo da saúde e da educação; enfim, podemos dizer, privados da própria realização pessoal. Tal cenário exige inteligências totalmente desinteressadas e competentes, leigos que, na empresa e no mundo das decisões econômicas e sociopolíticas, à luz da Doutrina Social da Igreja e dos respectivos conhecimentos técnicos e científicos, trabalhem se sacrificando para o bem comum (DA 502, 504-508). Compete à Igreja a formação das consciências através de um adequado ensinamento doutrinal suportado pela riqueza da competência acadêmico-profissional dos leigos, além de uma verdadeira abnegação ética a serviço do bem comum. O Santo Padre Bento XVI assim se dirigia aos bispos brasileiros do Estado de São Paulo:

Com efeito, para merecer o título de comunidade, um grupo humano deve corresponder, na sua organização e nos seus objetivos, às aspirações fundamentais do ser humano. Por isso não é exagerado afirmar que uma vida social autêntica tem início na consciência de cada um. Dado que a consciência bem formada leva a realizar o verdadeiro bem do homem, a Igreja, especificando qual é este bem, ilumina o homem e, através de toda a vida cristã, procura educar a sua consciência. O ensinamento da Igreja, devido à sua origem – Deus –, ao seu conteúdo – a verdade – e ao seu ponto de apoio – a consciência –, encontra um eco profundo e persuasivo no coração de cada pessoa, crente e mesmo não crente” (Discurso do Papa Bento XVI aos Prelados da Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil do Regional Sul 1 em visita “ad limina Apostolorum”, 14 de novembro de 2009).

Especificamente, necessitamos de formação mais convicta na Doutrina Social da Igreja, várias vezes, não seriamente considerada também por membros ideologicamente suspeitos da comunidade cristã, que a consideram incapaz de lidar com as diversas situações de miséria e injustiça, em nome do pluralismo cultural e de regionalismos poucos genuínos.

A opção pelos pobres nasce de nossa fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza: opção, no entanto, não-exclusiva, nem excludente (DA 392). A caridade da Igreja, mesmo quando alcançada a justiça, vai além: a fundamentação cristológica de nossa opção pelos pobres nos leva a uma atitude pascal de oferta que nos deveria tornar presentes também onde a justiça não pode mais nada, o mal padecido deixa marcas irreversíveis e a doença aproxima da morte. Uma maior clareza sacramental do diaconato permanente, quanto a sua intrínseca ligação com a caridade de Cristo e o serviço aos pobres, enfermos, presos, necessitados e marginalizados, ajudaria muito a manter a Igreja eficazmente operosa no mundo, salvando-o (DA 205-208).

A complexidade desarticulada do governo de muitos dos nossos países coloca em evidência a falta de líderes políticos e empresariais realmente católicos, além de uma corrupção que parece quase constitutiva de nossas sociedades. Às vezes, falta compromisso sério com a ética social cristã, espírito de abnegação e autodomínio na gestão do poder, superando tentações de interesses particulares, lucros indevidos com abuso do dinheiro e de cargos públicos. Em certos casos, até existe comprometimento, mas o escasso conhecimento profissional e/ou acadêmico acaba impedindo ações relevantes e eficazes. Reafirmar as críticas sociais e os valores éticos sem propostas bem fundamentadas e capazes de articular com competência as diversas dimensões sociais, como, por exemplo, o universo empresarial (DA 69, 121-122, 404), a economia, a política e as artes, além de não levar a nada, faz aumentar o descrédito público em relação à Igreja Católica, enquanto instituição, aos católicos e, no limite, ao próprio Evangelho. Acreditamos ser necessário conscientizar e formar todos para a reivindicação dos próprios direitos e o cumprimento dos respectivos deveres na educação à cidadania e ao trabalho para uma fecunda promoção da dignidade humana de todos. Acreditamos necessário para todos crescer numa espiritualidade eucarística de sacrifício e oferta de si, em nome da Verdade, no cumprimento do próprio dever: ascese, disciplina, autodomínio,

transparência, honestidade precisam de treinamento cotidiano, eticamente motivado e sustentado pela graça de uma fiel vida sacramental.

Mesmo assim, não podemos abrir mão da criação de grupos de intelectuais católicos, de políticos, sindicalistas e empresários católicos (DA 404, 406, 492), evidentemente abertos e não-elitistas, que saibam tornar presente, em todas as questões sociais e políticas, a voz dos sem voz, os direitos dos rostos sofredores (DA 407-430) de nossos povos, à luz da centralidade da pessoa e da família. Acreditamos que isso seja imprescindível e urgente para que o DA possa trazer frutos, vista a crise do funcionamento da democracia em vários dos nossos países.

Nessas considerações sobre a cultura, em suas concretas articulações de educação, trabalho e pobreza, percebemos o quanto é central o papel e a missão dos nossos leigos (DA 170, 174, 209-215, 283, 395, 403-406, 436, 465-466, 469h, 492-493, 496, 497a, 502, 505-506, 508, 517h, 518f.k). Deveríamos encorajá-los a sair muito mais dos nossos altares e das nossas sacristias, encaminhando-os a uma sólida educação e cultura católica capaz de enfrentar e de dialogar com o mundo, conforme necessário. Muito mais do que nos preocuparmos com a partilha de poder através de uma ambígua teologia sobre a ministerialidade eclesial, reconheçamos como muito providencial o que alguns ME e NC fazem com os “seus leigos” quanto ao seu testemunho e ao seu papel no mundo. Família e trabalho, como nos lembram o Vaticano II e a *Christifideles Laici*, de João Paulo II, são o específico secular de sua vocação e missão. Sem tirar nada de sua responsabilidade laical intra-eclesial através de ministérios extraordinários da Comunhão Eucarística, da Palavra, da visita aos enfermos, entre outros, deixa-nos um pouco preocupados a exagerada insistência do engajamento laical só nestes âmbitos intra-eclesiais. Isso nos leva a pensar em um certo medo de enfrentar o mundo com seriedade e competência, que faz os nossos leigos se refugiarem nos recintos religiosos. Pelo contrário, muitos leigos engajados no mundo recebem boa formação e força graças à pertença a um ME ou uma NC, ou a outras formas de as Igrejas particulares se fazerem presentes na formação e articulação deles na sociedade, através de

Pastorais Sociais autenticamente católicas (DA 396, 401). Eles precisam de uma proposta de vida de fé integral, que interesse e perpassa todas as dimensões existenciais: “integral” e não “integralista”, ou seja, na lógica da radicalidade batismal, e não do radicalismo fundamentalista, saudosista e ideológico.

UMA GRANDE MISSÃO CONTINENTAL (DA 551)

O DA de Aparecida não trata explicitamente da Missão Continental, tema muito comentado e cujas linhas fundamentais foram muito debatidas durante os trabalhos da V Conferência Geral. Os bispos optaram, como registra DA 551, para que as Conferências Episcopais, e cada diocese em particular, procurassem colaborar para que toda a Igreja vivesse em estado permanente de missão. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, desde a conclusão da V CGELAMC, vem propondo textos que desejam concretizar este pedido.

Aquilo que se encontra aqui proposto, portanto, é fruto de nossa reflexão pessoal com o intuito de que possa despertar o valor e a audácia apostólicos dos grandes missionários que se consagraram para que se anunciasse o Reino de Deus e se implantasse a Igreja no mundo.

Seria interessante começar fazendo um discernimento eclesial do que se poderia ‘fazer’ como agir missionário, a partir da centralidade existencial e cultural de Nossa Senhora e seus santuários nos nossos povos. Estes lugares de devoção mariana, como vimos, continuam atraindo inúmeros fiéis católicos, pessoas não-católicas, não-crentes, religiosamente indiferente, membros de outras tradições religiosas. Vejamos como providencial a presença maternal de Nossa Senhora a atrair: aqui cabem perfeitamente as palavras de Bento XVI, na sua homilia de abertura da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, em Aparecida, no domingo 13 de maio, dizendo que a Igreja não faz proselitismo, mas evangeliza, anuncia e comunica a Vida Nova em Cristo por atração, cuja centralidade se encontra na Páscoa de Jesus Cristo eucaristicamente presente no nosso meio.

Poder-se-ia pensar como, localmente, nas regiões em que estes santuários são religiosamente significativos, se deveria articular o primeiro anúncio e uma proposta catequética de formação que recupere a iniciação cristã dos adultos, seja para os não ainda batizados, seja para a evangelização dos batizados afastados. Este momento deveria ter como centro propulsor as Sagradas Escrituras, na sua reta interpretação patrística, magisterial, e através da vida e dos escritos dos Santos e Santas da Igreja. Para que isso possa acontecer, deve-se superar qualquer forma de “raciocêntrica” interpretação da religiosidade popular mariana como algo de supersticioso a ser única e exclusivamente purificado. Não se purifica a piedade popular falando da Bíblia através de uma proposta apenas e exclusivamente exegético-histórico-crítica. Evangeliza-se, purificando, a piedade popular Mariana, ao re-considerar o cristocentrismo trinitário de claro cunho eclesiológico de toda a mariologia. Uma atitude liberal racionalista de cunho sociológico-ideológico levou ao esquecimento burocrático pastoralista de Maria e de sua profunda e eficaz presença no coração dos nossos povos.

Para que isso possa acontecer, precisamos recuperar o diálogo fecundo sobre Maria e a vida sacramental, que é a Palavra de Deus agindo na história e em nossa vida, com os nossos irmãos ortodoxos, cristãos orientais, coptas, sírios, armênios e outros. Há uma riqueza que nós perdemos, não só pela divisão infeliz entre a Igreja Ocidental e as Igrejas Orientais, mas também por termos insistentemente exagerado em um diálogo só com os protestantes e seus legítimos, ou ilegítimos, descendentes. Perdemos muito vigor e força evangelizadora da centralidade da Palavra como anunciada, encarnada e fecundamente sacrificada. Sempre deveremos ser gratos aos nossos irmãos protestantes por terem nos ajudado no redescobrimiento do papel central da Palavra de Deus na vida e na missão dos discípulos de Jesus Cristo, e na dignidade sacerdotal de todo o Povo de Deus. Porém, o autêntico sentido e a eficácia em comunicar a Vida Nova da Palavra de Deus se encontram somente em sua relação intrínseca com o sacramento eucarístico (Palavra pascalmente sacrificada e fecunda) e com uma plena

interpretação eclesial do texto sagrado na sua articulação com Tradição Apostólica, Magistério, Santos Padres e Santos e Santas da Igreja. Uma Palavra recolocada ao centro da vida do discípulo que não tenha seu cumprimento no Sacramento Eucarístico, nunca conseguirá evangelizar e converter a ninguém, ainda menos edificar a Igreja de Jesus Cristo, seu Corpo e, por isso, Povo de Deus.

Acreditamos de suma importância escutar o que o Santo Padre Bento XVI falou em sua intervenção durante o último Sínodo dos Bispos sobre “a Palavra de Deus na vida e na missão da Igreja”:

O trabalho para o meu livro sobre Jesus oferece amplamente a ocasião para ver todo o bem que nos provém da exegese moderna, mas também para reconhecer os seus problemas e riscos. O n. 12 da Dei Verbum oferece duas indicações metodológicas para um adequado trabalho exegético. Em primeiro lugar, confirma a necessidade do recurso ao método histórico-crítico, do qual descreve brevemente os elementos essenciais. Esta necessidade é a consequência do princípio cristão formulado em Jo 1, 14: Verbum caro factum est. O acontecimento histórico constitui uma dimensão constitutiva da fé cristã. A história da salvação não é mitologia, mas uma história verdadeira e, portanto, deve ser estudada com os métodos de uma séria investigação histórica.

Todavia, esta história possui mais uma dimensão, a da ação divina. Por conseguinte, a Dei Verbum fala de um segundo nível metodológico, necessário para uma correta interpretação das palavras, que são palavras humanas e, ao mesmo tempo, Palavra divina. Seguindo uma regra fundamental de cada interpretação de um texto literário, o Concílio afirma que a Escritura deve ser interpretada no mesmo espírito com que foi escrita e, por conseguinte, indica três elementos metodológicos fundamentais, com a finalidade de ter em consideração a dimensão divina, pneumatológica, da Bíblia, ou seja, deve-se: 1) interpretar o texto, tendo presente a unidade de toda a Escritura; hoje em dia, isto se chama exegese canônica; na época do Concílio, este termo ainda não tinha sido cunhado,

mas o Concílio diz a mesma coisa: é necessário ter presente a unidade de toda a Escritura; 2) além disso, há que recordar a tradição viva de toda a Igreja e, finalmente; 3) é preciso observar a analogia da fé. Somente quando se observam os dois níveis metodológicos, o histórico-crítico e o teológico, é possível falar de uma exegese teológica, de uma exegese adequada a este Livro. Enquanto, a propósito do primeiro nível, a atual exegese acadêmica realiza-se a um nível elevadíssimo, oferecendo-nos realmente uma ajuda, não se pode dizer a mesma coisa acerca do outro nível. Frequentemente este segundo nível, o plano constituído pelos três elementos teológicos indicados pela Dei Verbum, parece estar ausente. E isto tem consequências bastante graves.

A primeira consequência da ausência deste segundo nível metodológico é que a Bíblia se torna um livro exclusivamente do passado. Dele é possível haurir algumas consequências morais, pode-se aprender a história, mas o Livro como tal fala somente do passado, e a exegese deixa de ser realmente teológica, mas torna-se simples historiografia, história da literatura. Esta é a primeira consequência: a Bíblia permanece no passado, fala unicamente do passado. Há inclusive uma segunda consequência, ainda mais grave: quando a hermenêutica desaparece da fé indicada pela Dei Verbum, surge necessariamente um outro tipo de hermenêutica, uma hermenêutica secularizada, positivista, cuja chave fundamental é a convicção de que o Divino não se manifesta na história humana. Em conformidade com esta hermenêutica, quando se tem a impressão de que existe um elemento divino, é necessário explicar de onde provém esta impressão, reduzindo assim tudo ao elemento humano. Consequentemente propõem-se interpretações que negam a historicidade dos elementos divinos. Hoje, na Alemanha, o chamado mainstream da exegese nega, por exemplo, que o Senhor instituiu a Sagrada Eucaristia, e afirma que o corpo de Jesus permaneceu no túmulo. A Ressurreição não seria um acontecimento histórico, mas sim, uma visão teológica. Isto acontece porque falta uma hermenêutica da fé: assim, afirma-se uma hermenêutica filosófica profana, que nega a possibilidade do ingresso e da presença

real do Divino na história. A consequência da ausência do segundo nível metodológico é que se criou um profundo abismo entre exegese científica e Lectio divina. É precisamente daqui que, às vezes, deriva uma forma de perplexidade, também na preparação das homilias. Onde a exegese não é teologia, a Escritura não pode ser a alma da teologia e, vice-versa, onde a teologia não é essencialmente interpretação da Escritura na Igreja, esta mesma teologia deixa de ter o seu fundamento.

Por isso, para a vida e para a missão da Igreja, e para o futuro da fé, é absolutamente necessário ultrapassar este dualismo entre exegese e teologia. A teologia bíblica e a teologia sistemática são duas dimensões de uma única realidade, que denominamos teologia. Por conseguinte, parece-me desejável que numa das proposições se fale da necessidade de ter presentes na exegese os dois níveis metodológicos indicados pelo n. 12 da Dei Verbum, onde se discorre sobre a necessidade de desenvolver uma exegese não somente histórica, mas também teológica. Portanto, será necessário ampliar a formação dos futuros exegetas neste sentido, em vista de abrir realmente os tesouros da Escritura ao mundo de hoje e a todos nós (Intervenção do Santo Padre Bento XVI, na 14ª Congregação Geral, 14 de outubro de 2008).

Outro elemento eclesial, já presente e ativo em nossas Igrejas, de grande eficácia evangelizadora, ainda que não gire em torno exclusivamente de santuários marianos, mas orientado a um discipulado e missão em que Maria esteja ativamente vivida como caminho a Cristo, são os Movimentos Eclesiais (ME) e as Novas Comunidades (NC). São agregações laicais, de presença no mundo, de flexibilidade e movimentação territorial, de apaixonada pertença a Cristo na sua Igreja, com amor ao Papa e aos Bispos, e de uma intensa obra de caridade. São eclesiologicamente muito jovens e por isso ainda teologicamente adolescentes. Precisam de amorosa acolhida e de rigoroso acompanhamento, que nem sempre podem evitar a tensão e o conflito; graças, porém, a um bom discernimento episcopal e pontifício, conseguirão sua fecundidade eclesial na formação de discípulos e na

missionariedade da Igreja. Infelizmente, são ainda poucos os que encaram os desafios reais do mundo profissional, político e universitário como específico de seu carisma, mas temos sinais de boa esperança. Eles, como antigamente as grandes Ordens religiosas e Congregações, mantêm viva a sadia tensão entre o particular da Igreja local e sua comunhão universal.

As paróquias e as demais articulações eclesiais devem se repensar a partir de uma tensão sociocultural devida à mobilização territorial, a forçadas e dolorosas migrações dos pobres e perseguidos, e à fluidez virtual de uma comunicação que supera qualquer fronteira e determinação espaço-temporal. Leigos competentes e engajados com os meios de comunicação social poderão oferecer mobilidade e penetração de evangelização frente à líquida e rápida movimentação de nossos povos. As paróquias precisam se repensar, sem perder o valor da sua territorialidade, porém sem que a administração paroquial e diocesana vire obstáculo para a evangelização. Burocratizações inúteis deverão deixar o lugar a novas formas de autêntica comunhão que, respeitando os dons de todos, não apaguem o que é próprio de cada um. Por isso, será cada vez mais necessário repensar as nossas paróquias dentro de um movimento de peregrinação mariana, de movimentação territorial e de missionariedade por atração (ir até nossos irmãos para que nos deixemos atrair e seduzir pelo Amor de Cristo através de Maria).

Êxodos impostos pela miséria e falta de emprego impõem uma pastoral que saiba revitalizar a circulação de carismas, serviços e ministérios de acompanhamento que antigamente já se conheciam, com Ordens religiosas femininas e masculinas que acompanhavam os migrantes e cuidavam de sua fé, de sua inserção no novo contexto cultural, encarando os conflitos e os sofrimentos da chocante multiculturalidade, oferecendo alívio graças à sabedoria de uma tentativa de integração que garantisse a dignidade dos estrangeiros e das minorias migrantes. Hoje, no contexto latino-americano, os santuários marianos representam uma casa comum de forte experiência de catolicidade. Apesar de não ser o mesmo santuário que se deixou no próprio país ou na própria região, a presença maternal de Maria garante que

estamos em casa, que somos todos filhos da mesma Mãe, que estamos na mesma Igreja Católica. Os ME e as NC, em virtude do carisma concedido pelo Espírito para o bem de toda a Igreja e de sua presença além da Igreja particular, tornam-se para seus membros e simpatizantes experiência de casa comum e de catolicidade onde quer que estejam. Uma articulação, cada vez mais amadurecida, de efetiva comunhão das Igrejas particulares com a sua intrínseca universalidade, garantida por Pedro e seu Sucessor, e pela ontológica e cronológica precedência da Igreja Universal com respeito às Igrejas Particulares (Communionis Notio, Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, 1992) ajudaria na eficácia da evangelização.

É difícil de prever o andamento e os frutos, devido ao fato de que se deve respeitar a criatividade do Espírito Santo e a interação dos fiéis e de suas Igrejas particulares, no acontecer desse renovado empenho missionário de cunho mariano, trinitariamente cristocêntrico e profundamente eclesial. Trata-se de redescobrir teológica e pastoralmente Maria na sua constitutiva importância eclesiológica de discípula e missionária, porque mulher eucarística. A dimensão central eucarística de Maria, assim como apresentada na Carta Encíclica do Servo de Deus, João Paulo II, *Ecclesia de Eucharistia*, de 2003, terá muito a oferecer para um orgânico e vital desenvolvimento da Missão Continental, seja na sua prática pastoral, seja no seu desenvolvimento teológico e magisterial.

Acredito que só assim, levando em séria consideração o que o Espírito Santo já faz acontecer e movimenta em nossas Igrejas, poderemos pensar e, obedientemente a Ele, realizar uma Missão Continental eficaz e eficiente. Precisamos revigorar o desejo de santidade, especialmente no clero e na vida consagrada, para que o ardor missionário seja fruto do Espírito mais do que de nossos esforços e planejamentos. De outra forma, se for apenas uma atividade justaposta, abstratamente pensada e idealisticamente projetada, iremos ter mais coisas para fazer, mais papéis para escrever e ler, mais burocracia pastoralista: a vida real dos nossos povos se afastará sempre mais de nosso pastoralismo que nos afastará sempre mais deles.

ALGUMAS NOVIDADES TEOLÓGICO-PASTORAIS

Sem nenhuma pretensão de sermos exaustivos, podemos agora oferecer umas reflexões conclusivas sobre algumas grandes novidades do DA, pelo menos com referência a algumas nossas realidades eclesiais e pastorais brasileiras.

a) Superação de uma proposta teológica centrada exclusivamente na redução ao seguimento ético de Jesus de Nazaré, no sentido de excluir ou minimizar uma participação sacramental na vida d'Ele, possível somente na centralidade da Páscoa através da Eucaristia (DA 250-253), e não simplesmente na centralidade da mensagem de Jesus de Nazaré. A plenitude do Mistério de Jesus Cristo não supera a historicidade do homem de Nazaré, mas a leva a sua realização na Cruz-Ressurreição-Pentecostes-Igreja. Se o centro do Evangelho, da Boa Nova, fosse o Reino, e não o seu cumprimento definitivo na Páscoa-Eucaristia de Jesus Cristo, hoje vivo em Sua Igreja, o discípulo não poderia participar da Vida Nova e a sua missão não poderia comunicá-lo. Não passaria de pregador de uma vida eticamente nova e boa, ainda não disponível, ainda não salvífica, a não ser nas suas realizações humanas, fruto de um profetismo político e de um messianismo imanentista e decepcionante. A Páscoa, na sua articulação trinitária e na sua abertura-dom pela Eucaristia, faz com que o discípulo não só se sinta chamado a seguir o mestre, mas possa aderir, tomando e partilhando sua cruz e participando de sua vitória gloriosa na ressurreição. Sem isto, a missão da Igreja não comunicaria Vida Nova e plena, não poderíamos ser reconciliados. Poderíamos apenas apontar para algo de futuro, inseguro, ainda não realizado, esvaziando a Páscoa de Jesus Cristo e a consistência sacramental de sua Igreja. Se fosse só Jesus de Nazaré e sua mensagem, contrapostos ao Jesus Cristo da Páscoa, a salvação não teria ainda entrado neste mundo.

b) Superação de qualquer retrógrada redução reinocêntrica da missão da Igreja (DA 14, 19, 159, 260, 276, 279, 382, 386, 515-516, 552), por sua vez reduzida à soma de comunidades que se autoformariam, se

autopresidiriam e autoregulamentariam (DA 12, 100b.f.g, 178). Em linha com a autêntica Tradição da Igreja, supera-se qualquer contraposição entre Igreja e Reino (LG 5, 8, 48-51), pela centralidade pascal e eucarística. Centro é a Páscoa de Jesus Cristo, que é o Reino plenamente realizado e em realização na sua Igreja peregrina, destinada a ser a Jerusalém celeste. Afirma-se que o Reino é Jesus Cristo (DA 143, 382) e que a Igreja, seu Corpo e Povo de Deus, é autêntica presença eficaz e visível dele (Palavra de Deus, Sacramentos e Caridade, DA 246-275). O Reino de Deus supera a Igreja peregrina, mas corresponde plenamente a seu cumprimento escatológico na Igreja celeste, cujas primícias é Maria (DA 1, 159-160, 266-272). Por isso, a universalidade da Igreja, isto é sua catolicidade, precede cronológica e ontologicamente as Igrejas particulares, visto que a Igreja particular é totalmente Igreja, mas não é toda a Igreja (DA 166).

c) Superação de uma interpretação anti-sacramental da centralidade da Palavra de Deus, reduzida só à Bíblia, interpretando mal o Vaticano II em *Dei Verbum* (especialmente DV 7-13, DA 246-249). A Palavra de Deus continua central só na forma pascal-eucarística, como vimos acima, e por isso eclesial (magistério dos pastores e santidade do Povo de Deus). A Palavra de Deus será eficazmente anunciada e, se escutada livremente, gera discípulos como fruto de sua encarnação na vida das pessoas e dos povos, e leva à disponibilidade do sacrifício-oferta de nossa vida como discípulos, para que todos tenham vida. Assim o discípulo é verdadeiro missionário na entrega eucarística de sua vida (Rm 12, 1-3), mais pela atração amorosa da oferta e sacrifício a Deus pelos irmãos do que pelas estratégias racional-pastoralistas. O planejamento pastoral será autêntico somente se feito por discípulos eucaristicamente entregues a Jesus Cristo, nesta sua concreta Igreja Católica: a santidade é condição de possibilidade para que haja missão eficaz que comunique a vida de Jesus Cristo, e não as nossas vidas ou ideologias (DA 11-12).

d) Superação de uma interpretação coletivista e massificadora de comunidades, para uma interpretação centrada na pessoa e sua subjetividade

(DA 42, 52, 261, 334, 401, 479-480, 538-539) cuja liberdade e consciência garantem a formação de discípulos e missionários plenamente comunitários. A comunidade vive com cada uma das pessoas, cada um dos discípulos, o respeito de seu encontro pessoal com Cristo vivo e os carismas que o Espírito do Ressuscitado lhe concede. A Igreja, como família de Deus pela Páscoa de Jesus Cristo, garante a objetiva presença da Vida de e em Jesus Cristo, sem que ninguém possa reduzi-lo a sua subjetiva ou ideológica interpretação. A Palavra de Deus na Lectio divina é encontro pessoal que garante vida divina pela Eucaristia validamente celebrada pela Igreja, comunidade de caridade.

e) A cultura barroca e as diferentes culturas que compõem a mestiçagem latino-americana (DA 8, 56, 82, 88), especialmente as indígenas e as afro-americanas, não se reduzem a sistemas fechados a serem defendidos como valores de uma primitividade originária e de pureza natural contra uma universalidade eclesial, às vezes interpretada como ameaça de centralismo estrangeiro ou pura imposição neoglobalizadora. Mesmo não desconhecendo uma redução da globalização à pura dimensão econômica relativa ao mercado neoliberal, obra da cultura mundial de cunho ocidental tecnológico (DA 34-73), o DA se abre ao desafio de uma positiva unidade dos povos pela abertura e movimento próprio de suas culturas, no encontro e desencontros históricos e mundiais (DA 4-10, 60-61, 520-546). As culturas são vivas, por isso em constante movimento, criando relações e também conflitos: nenhuma cultura é estática e fixa em suas origens, todas estão se movimentando, ainda mais hoje pela comunicação e sua virtualidade tecnológica (DA 43-59, 479-480, 484-490). Superação da mitologia que afirma haver culturas puras sem pecado e sem males.

O encontro com Jesus Cristo, Verdade, abre as culturas, mediante um processo eclesial de purificação e elevação (DA 91-95, 476-478), para uma adequada compreensão do homem e da mulher, de sua origem, de seu destino e de sua dignidade, ou seja, de sua vida. O encontro com Jesus Cristo e sua Igreja gera novas formas de existir que encaminham rumo à

plenitude escatológica, quando seremos uma família só como Reino, isto é, a Jerusalém do Céu. Neste processo histórico e divino que encontra o seu centro na Encarnação e Páscoa de Jesus Cristo, todas as culturas estão chamadas a se encontrarem, se superarem, se integrarem, se converterem e se tornarem dignas da vida plena para todos.

Superação de uma reduzida compreensão anti-universal e unitária da inculturação: o Evangelho, encontrando as culturas, abre-as para a sua Verdade, fonte de vida além da morte, e não se prende às culturas para uma simples necessidade de ser compreendido ou explicado. O Evangelho nunca nos pertence: somos nós que pertencemos ao Evangelho do Pai, isto é, Jesus Cristo crucificado e ressuscitado.

Com efeito, o anúncio de Jesus e de seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha. As autênticas culturas não estão fechadas em si mesmas nem petrificadas em um determinado ponto da história, mas estão abertas; mais ainda, buscam o encontro com outras culturas, esperam alcançar a universalidade no encontro e no diálogo com outras formas de vida e com os elementos que possam levar a uma nova síntese, na qual se respeite sempre a diversidade das expressões e de sua realização cultural concreta.

Em última instância, só a verdade unifica, e sua prova é o amor. Por isso Cristo, sendo realmente o Logos encarnado, 'o amor até o extremo', não é alheio a cultura alguma nem a nenhuma pessoa; pelo contrário, a resposta ansiada no coração das culturas é o que lhes dá sua identidade última, unindo a humanidade e respeitando por sua vez a riqueza das diversidades, abrindo todos ao crescimento na verdadeira humanização, no autêntico progresso.

O Verbo de Deus, fazendo-se carne em Jesus Cristo, tornou-se também história e cultura. A utopia de voltar a dar vida às religiões pré-colombianas, separando-as de Cristo e da Igreja Universal, não seria um

progresso, mas um retrocesso. Na realidade, seria uma involução para um momento histórico ancorado no passado (Bento XVI, Discurso Inaugural da V CGELAMC, 13 de maio de 2007).

f) Superação de uma visão puramente economicista da pobreza e dos pobres (DA 50-73, 259, 258-265), sem perder a radicalidade desafiadora da opção preferencial pelos pobres e marginalizados, de Medellín, e sempre re-confirmada como opção das Igrejas latino-americanas desde Puebla até Aparecida. A centralidade da pessoa e a valorização da cultura como âmbito existencial de escolhas e de relações (família e trabalho, vocação e ministérios, criatividade e responsabilidade social) fazem com que a pobreza desfiguradora da dignidade humana de inúmeros latino-americanos represente muito mais do que um problema de luta conflitual de classes. Trata-se de perpassar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais com esta opção, visando a uma libertação integral, integradora e estrutural (DA 399). A dimensão econômica e a dimensão educativo-cultural se entrelaçam, seja nas causas da miséria, seja nas propostas de resolução em que o anúncio explícito da Páscoa de Jesus Cristo nunca poderá ser substituído por uma interpretação horizontal de salvação, reduzida a pura libertação social (DA 358-361, 391-398, 405), identificada com uma ideologia filantrópica ou opção partidária (DA 100b.h, 178, 501-508).

g) Superação de uma visão reduzida do laicato. Reafirma-se que é próprio e específico dos leigos estar a serviço da transformação evangélica do mundo em plena comunhão com toda a Igreja (DA 174, 209-210, 212, 283, 395, 403-406, 465-466, 469, 492-497, 501-508, 517h, 518f-k). Em virtude de sua fé, ordenam a realidade criada conforme a vontade do Criador, Pai da Vida, em favor da vida plena de todos, operando com competência graças à sua profissão e conhecimento científico e acadêmico. Cabe a eles assumir, em primeira pessoa e livres de qualquer tentação clerical-pastoralista, o papel público no mundo da família, da escola, da economia, da política, da cultura e das ciências. Discípulos adultos na fé eclesial, missionários pela presença no mundo e na obra intra-eclesial de ministérios

e lideranças comunitárias (DA 211, 213, 215, 295), os leigos devem ser formados em suas consciências, educados nas virtudes individuais e políticas para a defesa da justiça e da verdade, e apoiados pelos pastores e pelos consagrados no caminho de seu discipulado cristão (DA 212, 508). Não cabe, porém, aos consagrados e pastores ocupar os espaços seculares próprios dos leigos. Uma sadia distinção evitaria também um secularismo desnorteador, que não deixou de atingir também alguns setores da vida consagrada (DA 100b) e da vida sacerdotal, até chegarmos a comunidades cristãs que se auto-secularizaram.

Parece-nos interessante escutar o que o mesmo Papa Bento XVI falou aos Bispos brasileiros em 7 de setembro de 2009:

(...) Prezados Irmãos, nos decênios sucessivos ao Concílio Vaticano II, alguns interpretaram a abertura ao mundo, não como uma exigência do ardor missionário do Coração de Cristo, mas como uma passagem à secularização, vislumbrando nesta alguns valores de grande densidade cristã como igualdade, liberdade, solidariedade, mostrando-se disponíveis a fazer concessões e descobrir campos de cooperação. Assistiu-se assim a intervenções de alguns responsáveis eclesiais em debates éticos, correspondendo às expectativas da opinião pública, mas deixou-se de falar de certas verdades fundamentais da fé, como do pecado, da graça, da vida teologal e dos novíssimos. Insensivelmente caiu-se na auto-secularização de muitas comunidades eclesiais; estas, esperando agradar aos que não vinham, viram partir, defraudados e desiludidos, muitos daqueles que tinham: os nossos contemporâneos, quando vêm ter conosco, querem ver aquilo que não vêem em parte alguma, ou seja, a alegria e a esperança que brotam do fato de estarmos com o Senhor ressuscitado.

Atualmente há uma nova geração já nascida neste ambiente eclesial secularizado que, em vez de registrar abertura e consensos, vê na sociedade o fosso das diferenças e contraposições ao Magistério da Igreja, sobretudo em campo ético, alargar-se cada vez mais. Neste deserto de Deus, a nova geração sente uma grande sede de transcendência. (Discurso do Papa

Bento XVI aos Bispos da Conferência Episcopal do Brasil dos Regionais Oeste 1 e 2, em visita “ad limina Apostolorum”, 7 de setembro de 2009).

Reconhece-se aos movimentos eclesiais e às novas comunidades positividade eclesial, a sua essência de dom do Espírito para o bem de toda Igreja e sua missão perante os novos desafios, sua capacidade de oferecer uma proposta de vida cristã e formação permanente na fidelidade à Palavra de Deus e ao Magistério da Igreja, seu amor pela Eucaristia e a Virgem Maria (DA 214, 278d, 280b, 281, 307-313, 446b, 513,518b). Entretanto, não se deixa de pedir maior comunhão com as Igrejas Particulares e as paróquias, um discernimento sempre mais esclarecido para que os carismas gerem autenticidade de vida em Cristo, e não radicalismos fundamentalistas de claro cunho patológico e de nenhum proveito, no médio e longo prazo, para a vida e a missão da Igreja.

h) Conversão pascal do método ver-julgar-agir (DA 19): o conteúdo da fé apostólica determina o método da vida e missão eclesial (DA 1-18, 20-100). Nesta linha, o DA pede uma conversão pastoral em nome da renovação missionária de nossas comunidades (DA 365-372). A fé, que nos remete a Deus, nos leva ao método que garante a Verdade na compreensão da realidade. *“Este método nos permite articular, de modo sistemático, a perspectiva cristã de ver a realidade, a assunção de critérios que provêm da fé e da razão para seu discernimento e valorização crítica; e, em consequência, a projeção do agir como discípulos missionários de Jesus Cristo”* (DA 19). Para melhor compreender o que queremos aqui argumentar, convidamos, mais uma vez, a uma atenta leitura de algumas interessantes reflexões sobre o DA, em dois artigos do teólogo brasileiro Clodovis Maria Boff: *TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E VOLTA AO FUNDAMENTO*, publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, fasc. 286, outubro de 2007, pág. 1001-1022 e *VOLTA AO FUNDAMENTO: RÉPLICA* publicado na Revista Eclesiástica Brasileira, fasc. 272, outubro 2008, pág. 892-927.

Afirma-se a impossibilidade e o engano mercadológico de acreditar que uma correta análise da realidade deva prescindir de Deus, deva evitar

qualquer referência epistemológica fundamental à fé apostólica da Igreja. Reconhece-se que não há neutralidade em nenhuma pretensão de autonomia absoluta da realidade.

O que é esta 'realidade'? O que é real? São 'realidade' só os bens materiais, os problemas sociais, econômicos e políticos? Aqui está precisamente o grande erro das tendências dominantes no último século, erro destrutivo, como demonstram os resultados tanto dos sistemas marxistas como inclusive dos capitalistas. Falsificam o conceito de realidade com a amputação da realidade fundante, e por isso decisiva, que é Deus. Quem exclui Deus de seu horizonte falsifica o conceito de 'realidade' e, em consequência, só pode terminar em caminhos equivocados e com receitas destrutivas (Bento XVI, Discurso Inaugural V CGELAMC, 13 de maio de 2007, pensamento retomado pelo DA 22, 42, 148, 392, 405).

Assistimos a uma assustadora secularização de comunidades eclesiais, da mentalidade e postura político-cultural de vários cristãos: uma preconceituosa elaboração teológico-pastoralista da neutralidade da realidade, visando à exclusão de Deus, sua Revelação em Jesus Cristo, e de sua Igreja Católica, fez com que muitos se afastassem, se tornassem indiferentes e resfriassem seu interesse pela fé e, ainda mais, pelo sentido religioso de sua existência. Uma interpretação ideológica de cunho revolucionário marxista ou liberal subjetivista de nossa realidade, operada também por membros significativos da Igreja, fez com que, não tendo alcançado o que se esperava - o Reino de Deus nesta terra - muitos desanimassem e se tornassem religiosamente indiferentes. O engajamento sócio-político de hermenêuticas cristãs ambíguas quanto à Tradição Apostólica e Eclesial, deixou o lugar, no ver-julgar-agir da realidade, a ideologias etnocêntricas, ecologicamente anti-antropocêntricas, e novas formas de desconstrução da vida humana, identidade homem e mulher, do matrimônio e da família (DA 40, 49, 100b, 328, 467).

Em nome de uma redução secularista e de uma autonomia exacerbada para dialogar e agradar, a análise da realidade de alguns cristãos influentes

virou arbitrária justaposição de sentidos ideológicos, ontem sócio-revolucionários, hoje ecológico-espiritualistas. Estas metodologias que, de propósito, excluem Deus, sua Igreja e qualquer engajamento eclesial do momento da análise, acabaram entregando a realidade à falta de sentido ontologicamente próprio do real, às arbitrárias e relativistas justaposições de sentidos artificiais e subjetivamente contrapostos. A ausência de Deus, epistemologicamente teorizada, deixa a realidade criada, nossa humanidade, órfã de origem e de destino, nos abandona ao absurdo do pluralismo caótico e destruidor do sentido unitário do real (DA 41-47) na extravagância da implosão espiritualista e emocional de fenômenos religiosos irracionais da pós-modernidade. Assistimos à dissolução de sentido, de sua racional compreensão e razoável aceitação por uma falta de convicção que a fé em Jesus Cristo nos faz conhecer melhor, nos faz enxergar muito mais profundamente e nos leva a avaliar, discernir e julgar a realidade conforme o verdadeiro Logos da criação, a verdadeira Razão do existente e a Ordem da natureza. A fé não é irracional (DA 494): ela nos oferece maior luz, a da Revelação de Jesus Cristo, para compreender adequadamente a realidade; ela nos faz penetrar até os céus e a profundidade do coração para uma compreensão adequada de nossa mortalidade, de nossa precariedade e do desejo de amor que nos constitui.

Uma realidade, que exclui a Deus e que não é analisada a partir do Deus de Jesus Cristo pelos membros da comunidade cristã, entrega os pobres, os analfabetos, os marginalizados, os enfermos, os idosos, os desesperados, aos interesses do mercado, do lucro e da exploração, seja material, seja religiosa. Uma comunidade eclesial que não sabe ou não quer se expor e engajar catolicamente no ver-julgar-agir, abandona a realidade a qualquer manipulação hermenêutica neoliberal das emoções, dos instintos e dos prazeres, aos movimentos de mercantilização do religioso e da piedade popular, enfraquecendo a identidade católica, que é cimento da pluriculturalidade latino-americana. Um ver-julgar-agir desvinculado da Palavra de Deus em sua articulação Sagradas Escrituras, Tradição e Magistério, rumo à entrega pascal eucarística, nunca conseguirá

nos oferecer adequada compreensão da realidade e, ainda menos, força e ardor missionário para evangelizá-la, abrindo-a ao seu verdadeiro sentido unitário, cujo centro é Jesus Cristo em sua Cruz e Ressurreição. Não podemos cobrar maior missionariedade de nossas comunidades se não for pela paixão por Cristo e amor por sua Igreja, necessária para a salvação de todos, cristãos e não cristãos (LG 14, AG 7).

Temos plena consciência de que, à luz do acontecimento e do Documento de Aparecida, Nossa Senhora de Guadalupe, de Aparecida, de Nazaré irá nos indicar o caminho para revitalizar, renovar e converter nossa vivência de fé no seu Filho Jesus Cristo, nossa pertença e amor pela Igreja, nossa pastoral, nossa teologia, nossa liturgia, nossa criatividade na caridade. Podemos afirmar que muitas parcelas de cristãos, fiéis e pastores, a maioria talvez escondidos e anônimos aos homens, mas bem conhecidos por Deus e perscrutados pelo Espírito do Ressuscitado, mantiveram e continuam mantendo nossa Igreja fiel ao seu Senhor, verdadeiramente católica também em tempos de ambiguidades na identidade e de tempestades na pertença eclesial (DA 100b). Muitos de nossos cristãos são testemunhas exemplares de como o Espírito de Deus age através do '*sensus fidelium*', do sentido da fé (LG 12) para nos guardar na fidelidade amorosa e eficaz a Cristo e sua Esposa, a Igreja.